



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 08 DE MARÇO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Filomena dos Prazeres

### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas 50 minutos.

Deu-se início à apreciação conjunta, na generalidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2013, após apresentação dos documentos pelo Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e leitura do parecer da 2.ª Comissão pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD).

No debate participaram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Ministros do Plano e Finanças (Hélio Almeida) e das Obras Públicas, Infra-

estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Osvaldo Abreu) que responderam às questões levantadas pelos Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL), Edite Salvaterra (PCD), Ângela Viegas (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD) e José Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adilander Costa de Matos**  
**Alcino Martinho de Barros Pinto**  
**Ângela Viegas Santiago**  
**António da Trindade Afonso Ramos**  
**António Neves Sacramento Barros**  
**António Monteiro Fernandes**  
**Arlindo Barbosa Semedo**  
**Deolindo Luís da Trindade da Mata**  
**Dionísio Fernandes Leopoldino**  
**Domingos Monteiro Fernandes**  
**Danilo Neves dos Santos**  
**Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**  
**Hélder Afonso da Costa das Neves**  
**Higino Vera Cruz Will**  
**José da Graça Viegas Santiago**  
**Jorge Amado**  
**Joaquim Rafael Branco**  
**Manuel da Cruz Marçal Lima**  
**Manuel Martins Quaresma**  
**Silívia Ambrósio Gil do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino Homem Sequeira Bragança**  
**Cipriano Sousa Riqueza**  
**Delfim Santiago das Neves**  
**Filomena Maria dos Prazeres**  
**Francisco Inácio da Silveira Rita**  
**Maria Edite Salvaterra Pinto**  
**Yrgue-Anatali da Silva Correia Francisco**

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

**Adelino Pires Neto**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com a vossa permissão, gostaria de aproveitar a ocasião para saudar as nossas colegas Deputadas e as senhoras presentes nesta Sala pelo dia 8 de Março, dia mundialmente consagrado às mulheres, esperando que com mais este dia as nossas colegas Deputadas e as senhoras funcionárias desta Casa Parlamentar possam contribuir, ao lado dos seus parceiros, de forma que possamos continuar a trilhar o caminho do desenvolvimento do nosso país.

Aplausos gerais.

Esses votos são extensivos à Sra. Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares, a quem desejamos boas vindas à nossa Casa.

Srs. Deputados, hoje vamos cumprir uma das nossas maiores missões nesta Casa Parlamentar, que é a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), uma competência que é exclusivamente permitida à Assembleia Nacional, no quadro da nossa Constituição, como reza o artigo 97.º, na sua alínea g), «Aprovação do Orçamento Geral do Estado».

Tendo em conta que o Sr. Secretário da Mesa me anunciou que há existência de quórum, proporia a vossas excelências uma pequena pausa, para convidarmos o Governo, pelo que peço aos serviços para convocar Sua Excelência o Primeiro-Ministro e os respectivos membros do Governo.

*Pausa para a entrada dos membros do Governo na Sala.*

Sras. e Srs. Ministros, damos-lhes as boas-vindas à Assembleia Nacional.

Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Como dizia na fase preliminar, hoje nos reunimos para cumprirmos uma das tarefas que a Constituição nos incumbe, ou seja, a aprovação do OGE.

Diz a Constituição, no âmbito das competências da Assembleia Nacional, no artigo 97.º, alínea g), «Compete à Assembleia Nacional aprovar o Orçamento Geral do Estado». Porém, deixem-me recordar a Vossas Excelências que também, no âmbito das competências do Governo, no artigo 111.º, há algumas responsabilidades que são exclusivas do Governo, nomeadamente «a) Definir e executar as actividades políticas, económicas, culturais, científicas, sociais, de defesa, segurança e relações externas, inscritas no seu Programa;

b) Preparar os planos de desenvolvimento e o Orçamento Geral do Estado e assegurar a sua execução»;

c) Dirigir a administração central do Estado, coordenando e controlando as actividades dos ministérios e dos demais organismos centrais do Estado.»

Quis apenas recordar Vossas Excelências essas três alíneas das competências governativas porquanto entendo que o OGE é um instrumento imprescindível para que o Governo possa levar a cabo, não somente aquilo que propalamos e desejamos, que é a boa governação, como realizar de facto o seu Programa. Esse instrumento é um documento imprescindível. Neste sentido, gostaria de apelar às Sras. e aos Srs. Deputados para as responsabilidades que têm. Sei que cada um de vós representa não somente o nosso povo, mas também os respectivos partidos, mas gostaria de fazer um apelo para que, na discussão deste OGE e no quadro político em que nos encontramos, acima de tudo, o interesse nacional seja o ponto unificador de todos.

Havendo as condições para iniciarmos a discussão do Orçamento, gostaria de convidar o Sr. Primeiro-Ministro para fazer a apresentação deste documento, fazendo-o pessoalmente ou delegando algum membro do seu Governo para o efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Excelências: Permitam-me que, em nome do Governo que chefio, cumprimente Vossas Excelências e reitere todo o nosso respeito pela Casa Parlamentar, por todos e por cada um dos Srs. Deputados, bem como a nossa vontade de total e leal colaboração institucional.

Gostaria, antes de prosseguir, de cumprimentar de forma particular as excellentíssimas Sras. Ministras e Deputadas aqui presentes, por ocasião do dia 8 de Março, e tornar extensiva esta saudação a todas mulheres de São Tomé e Príncipe, formulando votos de muita saúde e felicidade no seio das respectivas famílias e muita coragem e perseverança no processo de luta que travamos para a promoção da equidade e igualdade do género.

Bem-haja a todas!

*Aplausos gerais.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há aproximadamente 2 meses, aquando da apresentação do Programa do Governo, tive o ensejo de afirmar, perante esta augusta Assembleia, as medidas do referido Programa, os desafios que se nos colocam, os grandes objectivos, os imensos obstáculos a transpor e a estratégia a adoptar para promover a modernização do País, na senda de um desenvolvimento sustentado. Nessa altura, afirmei que o País tinha problemas muito sérios por resolver e que reconhecia a necessidade de nos empenharmos todos de forma a garantir uma maior equidade social. É do desempenho económico do País que dependerá, ninguém pode ter dúvidas, a nossa capacidade de resolver as inúmeras carências que a nossa população enfrenta, como o sector da Saúde, onde ainda não tem havido resposta com eficácia suficiente às necessidades dos utentes, bem como dos servidores deste importante sector da vida nacional.

Para garantirmos os direitos sociais e económicos dos cidadãos, é preciso criarmos riqueza para gerar níveis satisfatórios de redistribuição e restabelecer a confiança do cidadão, numa sociedade mais equitativa e mais justa.

Excelências, Sras. e Srs. Deputados, não é possível, em dois meses e dias, que é o tempo de vida que tem este Governo, gerar-se níveis satisfatórios de resposta a todas as preocupações que afligem as populações. O partido que sustentou o anterior Governo, o ADI, não está isento de responsabilidades nas carências que subsistem na Saúde, na Educação e outros sectores da vida nacional. Por isso, os seus dirigentes devem assumir as suas responsabilidades, procurando contribuir para que haja debate político de qualidade, em vez de estimular a instabilidade, fazendo aproveitamento da situação difícil dos cidadãos que eles próprios contribuíram para criar.

Assumimos o compromisso de falar a verdade aos são-tomenses, apresentamos ao povo, com rigor, o estado em que encontramos o País, sem esconder as dificuldades, um país cheio de dívidas e a cada dia que passa descobrimos uma dívida e não sabemos como pagá-las. Infelizmente, todos os dias se avolumam as surpresas sobre o verdadeiro estado das nossas finanças públicas, mas nem por isso estamos desencorajados. Sabemos que a nossa missão não é fácil, que não será possível resolver-se todas as questões em tão curto espaço de tempo, mas estamos empenhados a gerir o presente com realismo e preparar o futuro com pragmatismo. É o que temos vindo a fazer, procurando unir os são-tomenses em torno do que é fundamental para o País.

Aqui impõe-se ter por claro que a defesa dos interesses morais e socioprofissionais dos trabalhadores de um determinado ramo não pode ser confundido com interesses meramente partidários, confundindo no mesmo impulso reivindicações de ordem profissional, legítimas, enquanto tais, mas com interferências claramente partidárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é por todos sobejamente conhecido o ambiente político e macroeconómico nacional e internacional em que o OGE, que ora submeto à vossa apreciação, foi concebido e será executado. Com efeito, trata-se de um Orçamento de rigor. O rigor e a transparência constituem a principal imagem de marca deste Governo na gestão da coisa pública que, seguramente, reflectir-se-á na execução deste Orçamento.

O Governo pautará a sua conduta pela disciplina da gestão financeira como forma de aumentar o nível de cumprimento da Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE) e o Decreto-lei n.º4/2002, que imprime uma nova dinâmica na administração financeira do Estado, para que sejam observados os preceitos atinentes ao rigor e à racionalidade da gestão dos recursos públicos.

Convirá ainda destacar que uma atenção muito particular será dada ao funcionamento das direcções administrativas e financeiras dos diferentes ministérios, a fim de elevar os seus níveis de responsabilidade financeira e de respeito pelas disposições legais existentes, com vista a uma melhor eficiência e eficácia na utilização de bens e recursos públicos.

Não podemos perder de vista que somos um país de fracos recursos financeiros e que por isso a ajuda pública ao desenvolvimento tem sido de capital importância, constituindo mais de 90% o financiamento de despesas de investimentos e é exactamente por isso que devemos adoptar uma atitude de maior transparência na utilização dos recursos disponíveis.

Importante sublinhar que São Tomé e Príncipe encontra-se incluído no grupo de países insulares periféricos e fortemente dependente da ajuda externa e os constrangimentos, que resultam dessa condição, no âmbito do nosso relacionamento com os nossos parceiros de desenvolvimento, torna-se cada vez mais perceptível, sobretudo na presente conjuntura de crise financeira e económica mundial, que as ajudas são cada vez mais escassas, o que significa que temos que ser nós próprios a arrepriar caminhos para encontrar soluções para os nossos problemas. Tudo isso demonstra o quanto difícil foi conceber a presente proposta de Orçamento.

A escassez dos recursos do País obriga-nos a definir as grandes prioridades que devem orientar o esforço do desenvolvimento. A necessidade de optimizar esses parcos recursos impõe que procedamos a uma profunda alteração do nosso comportamento. De facto o País só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos.

Sr. Presidente, ilustres Sras. e Srs. Deputados, como vem plasmado no ponto 4 da presente proposta de Orçamento, o objectivo central do XV Governo consiste na promoção de um crescimento inclusivo, assente na implementação de políticas de combate às desigualdades sociais e de coesão social.

Para o ano económico de 2013, prevê-se um crescimento não superior a 4,5%, justificado particularmente pela conjuntura internacional que continuará pouco favorável para São Tomé e Príncipe, consubstanciada na reduzida entrada de recursos externos.

Por conseguinte, para mobilizar recursos para o investimento público, enquanto principal dinamizador da economia, o Governo tem vindo a envidar esforços no sentido de aprofundar a Cooperação Sul-Sul, pautando a sua acção numa diplomacia económica mais acutilante. O esforço de cobertura diplomática correspondente à crescente importância que tem a cooperação económica no contexto de ajuda ao desenvolvimento do nosso país é patente no quadro deste Orçamento, no sentido de contribuir para o reforço da cooperação económica da nossa acção externa.

Não obstante as dificuldades com que nos confrontamos, nomeadamente no tocante aos meios que permitem potenciar o desempenho das nossas missões diplomáticas no estrangeiro, face à elevada prioridade da diplomacia económica para esta governação, conduziu-nos a esforços acrescidos no actual quadro orçamental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito que o País reclama uma justiça mais eficaz capaz de garantir direitos e a segurança dos cidadãos e represente, igualmente, a garantia efectiva da segurança dos investimentos. É por essa razão que a reforma da Justiça e o aperfeiçoamento das instituições judiciárias constituem um dos propósitos centrais deste Governo.

Neste âmbito, serão introduzidos novos instrumentos de gestão nos Tribunais, que promovam o melhor acesso ao direito e à justiça. O objectivo político central deste Governo nesta matéria é, sem mais delongas, mobilizar os recursos necessários, quer internos, quer externos, nomeadamente junto dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais, para a sua materialização. Pretendemos mobilizar sobretudo a participação activa dos operadores judiciários, com ênfase para os Tribunais, Polícia de Investigação Criminal (PIC) e o Sistema Prisional. Porém, a necessidade de financiamento da nossa economia não poderá nunca pôr em causa a nossa posição de princípio contra o branqueamento de capital, cuja legislação merecerá uma particular atenção da nossa parte quanto ao seu aperfeiçoamento.

Defendemos intransigentemente o combate à corrupção e a adopção de uma política de rigor. Quanto à dignidade que deve ser exigida aos titulares dos cargos públicos no exercício das suas atribuições, impõe-se ao Governo impulsivar, a breve trecho, a adopção da Lei sobre a Responsabilidade dos Titulares de Cargos Públicos.

Importa sublinhar a necessidade de se reforçar o papel do Tribunal de Contas no que tange a fiscalização prévia dos actos e contratos que envolvam dinheiros públicos, impondo-se a modificação da legislação para pôr termo às incongruências verificadas no sistema actual.

Sr. Presidente, ilustres Sras. e Srs. Deputados, o aumento da criminalidade registada sobretudo nos últimos tempos no País exige do Governo esforços acrescidos quanto à prevenção no combate a criminalidade, com especial

destaque para a questão do roubo, da violência e do surgimento do fenómeno do consumo de substâncias psicotrópicas, particularmente no seio juvenil.

Na área dos serviços prisionais, para além do problema da sobrelotação da cadeia, neste Orçamento, é dada prioridade à resolução do problema do estabelecimento penitenciário em avançado estado de degradação, que ameaça as condições de segurança do pessoal de segurança e de apoio. Por isso, não obstante a programação feita no quadro deste Orçamento, impõe-se a necessidade de uma extraordinária mobilização de recursos financeiros para os ingentes problemas da reforma do sector da Justiça.

A defesa da legalidade democrática e a reposição da autoridade do Estado constitui uma exigência inadiável no combate a novas ameaças emergentes para garantir a segurança de pessoas e bens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os riscos inerentes da economia são-tomense para o ano económica de 2013 estão particularmente associados à concentração do financiamento externo para o investimento público, a possibilidade da não entrada desses fundos e dos montantes que garantam pelo menos o mesmo nível de procura interna no ano 2012, possível entrada tardia desses fluxos no País e a estagnação do crédito à economia.

A fim de evitar uma situação de estagnação do crédito à economia, como a verificada em 2012, os bancos comerciais deverão desencadear o procedimento de recuperação dos créditos malparados.

A inflação tem vindo a diminuir de forma considerável, tendo-se verificado uma acentuada diminuição, em termos médio anual, de um pico de 32% observado em Dezembro de 2008, para 10,6%, em Dezembro último, sustentada essencialmente pelo acordo cambial, políticas de contenção do défice e abastecimento mais ou menos regular do mercado interno. O Governo envidará esforços no sentido de levar a inflação ao nível de um dígito, isto é, 7% em finais de 2013.

No que concerne à política fiscal, o Governo procurará manter o défice primário controlado em torno dos 3% do PIB. A justificação assenta na necessidade de não só manter a sustentabilidade da dívida pública a longo prazo, como também a curto prazo pelo espaço fiscal para o financiamento da despesa a favor da coesão social e da redução da pobreza.

O cumprimento das metas fiscais e macroeconómicas estabelecidas com o FMI reveste-se de crucial importância. Para tal, o XV Governo assume o investimento directo externo estrangeiro como um dos pilares para fomentar a procura interna e o crescimento económico em 2013. O défice primário continuará a ser financiado com recursos não geradores de dívida interna ou externa, de modo a não comprometer a sustentabilidade da dívida externa e o acordo de paridade cambial. Para não criar muita dependência sobre os referidos recursos, o Governo continuará a mobilizar esforços para a implementação de um plano estratégico de tributação e de cobrança de dívidas públicas ao fisco em atraso.

Dentre outras medidas previstas, figuram o reforço da acção de fiscalização, a cobrança coerciva, o combate a subfacturação e a fraude aduaneira e a melhor análise e a reavaliação das declarações de rendimentos. Através dessas medidas espera-se manter a carga fiscal à volta, pelo menos, de 15,5% do PIB, sem que haja alterações significativas na base tributária.

Comparativamente a 2012, a carga fiscal conhecerá um aumento na ordem de 1,6%, importando-se esse aumento particularmente à cobrança de uma parte substancial de receitas tributárias em atraso, sobretudo os impostos sobre o consumo e serviços, produção local e sobre taxas alfandegárias.

Quanto às receitas não fiscais, estas manter-se-ão fixas em 1,4% do PIB até 2015.

No tocante às despesas públicas, a massa salarial tem vindo a decrescer gradualmente desde 2010, sendo que de 2013 a 2015 a mesma será fixada em 8% do PIB com o propósito de libertar recursos para outras despesas com efeitos multiplicadores para a económica. Contudo, em termos globais, a despesa com o pessoal em 2013 conhecerá um aumento na ordem de 7% face ao executado em 2012, para fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da implementação da carreira docente, médica, enfermeiros e técnicos de Saúde.

Graças a um melhor controlo verificado em 2012, as despesas com a aquisição do serviço água e energia registaram uma diminuição na ordem de 3,3% do PIB em 2011, para 1,9%. A política de controlo implementada em 2012 deverá manter-se nos anos seguintes, porque o peso desta rubrica de despesa em relação ao PIB manter-se-á constante e ao nível de 1,9% do PIB, não obstante ter-se registado um aumento da referida rubrica em termos absolutos.

As transferências correntes também conhecerão um aumento de 3,8% registado em 2012, para 5,1% do PIB em 2013, pelo facto de se prever recursos adicionais para reduzir os atrasados com bolsas de estudo em simultâneo com o pagamento de bolsas referentes ao presente ano lectivo. A este propósito, sublinha-se que o Governo vem seguindo com profunda preocupação a situação dos nossos estudantes bolseiros no estrangeiro, bem como da nossa representação diplomática e os doentes evacuados no quadro da junta médica e tudo fará, logo que o Orçamento for aprovado, para transferência de verbas necessárias ao pagamento das bolsas e outras despesas inadiáveis.

Procedeu-se à reafectação das despesas de água e energia para a Região Autónoma do Príncipe, às câmaras distritais e aos serviços autónomos como forma de permitir às referidas instituições assegurar o melhor controlo sobre os respectivos gastos.

Registou-se uma diminuição dos recursos HIPIC destinados a investimentos de 2011 para 2012 de 0,7% para 0,3% do PIB. Esta diminuição foi compensada com o aumento do financiamento proveniente dos recursos próprios do Tesouro de 1,1% para 1,5% do PIB.

Face à inexistência de recursos de privatização em 2012, à semelhança dos três anos anteriores, esta situação contribuiu para que o total dos investimentos com recursos internos caísse de 2,1% em 2011 para 1,8% do PIB em 2012.

Para 2013 em diante projecta-se um aumento para 2,2% do PIB sustentado pelos recursos próprios, sobretudo os provenientes do Tesouro público.

O Governo perspectiva, através da promoção de uma diplomacia económica dinâmica, mobilizar fundos suficientes para impulsionar a economia nacional. A efectiva mobilização desses recursos implica a implementação de projectos que concorrem para o crescimento inclusivo, tais como: construção de casas sociais, construção e reabilitação do sistema de abastecimento de água e a melhoria da rede de distribuição da energia eléctrica, dentre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei n.º 1/2013, Lei-Quadro da Dívida Pública, recentemente aprovada por esta augusta Assembleia e já promulgada, regula os procedimentos para o endividamento do Estado, garantindo que a satisfação das necessidades financeiras seja realizada com maior prudência possível, observando-se a capacidade de reembolso do País. Todavia, enquanto a estratégia da dívida não for elaborada e aprovada, as necessidades de financiamento serão aquelas que forem apresentadas na proposta do OGE e não necessariamente as que reflectem as reais capacidades de endividamento do País.

A execução do Orçamento proposto para 2013 implica necessidades de financiamento no valor de 15,1% do PIB, representando um aumento de 3,4 pontos percentuais face ao resultado alcançado em 2012. Este aumento tem efeitos negativos, na medida em que concorre para o aumento do défice da conta corrente externa e a consequente elevação do rácio stock nominal da dívida externa em relação ao PIB, na ordem de 84,4%.

Contudo, esse impacto negativo pode ser mitigado, pelo simples facto desses recursos garantirem a continuidade de financiamento de investimento público que constituirão mais-valia relativamente ao montante investido, adicionado ao aumento das reservas externas do Banco Central para sustentar a política cambial de paridade fixa.

A fim de acelerar o crescimento e dar resposta aos desafios do futuro, o Governo projecta um aumento das necessidades de financiamento até 17,1% do PIB em 2015. Esse aumento também implica necessidade de recurso a créditos adicionais para suprir a verosímil diminuição de donativos prevista para os próximos anos.

Srs. Deputados, no exercício económico de 2013 a autoridade monetária deverá prosseguir o reforço da sua função de supervisão bancária, com o objectivo de reduzir os riscos de insolvência e de reforçar a estabilidade financeira.

De igual modo, serão desenvolvidas acções destinadas ao fortalecimento da gestão da política monetária através da consolidação de políticas coordenadas e convergentes entre as autoridades fiscais e monetárias, visando o reforço das medidas que garantam a credibilidade do regime de paridade fixa com o euro.

Esta cooperação entre as autoridades fiscais e monetárias assenta, particularmente, numa melhor programação dos fluxos de caixa do tesouro público que são essenciais para as operações de políticas monetárias. Auguramos igualmente que a autoridade monetária possa desempenhar cada vez melhor o importante papel que lhe é conferida no crescimento da económica, nomeadamente no que tange a regulamentação e dinamização do mercado de crédito, de modo a contrariar a situação de quase estagnação verificada durante o ano financeiro de 2012.

Sras. e Srs. Deputados, o Orçamento que submeto a vossa doura apreciação foi elaborado em estreita conexão e sintonia com as Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano 2013, pois de outra forma não poderia ser, na medida em que o Orçamento constitui um instrumento de personalização dos objectivos de políticas económica e social definidos pelo XV Governo Constitucional, que serão materializadas no presente ano económico.

Através do investimento público, enquanto factor dinamizador da actividade económica, serão criadas bases para atrair e promover o investimento privado, considerado como uma componente fundamental para a criação do emprego, o fonético crescimento de desenvolvimento económico e social do País.

Assim, no tocante às medidas de políticas de investimento consagradas nas GOP 2013, o programa de investimentos públicos está fixada em 1,9 bilhões de dobras, isto é, cerca de 65,4% do total da proposta do Orçamento, e rondando os 34% do PIB estimado para o ano, sendo que 93,5% do PIP programado serão financiados através de recursos externos e 6,5% restantes, de recursos internos.

Procedendo-se a uma análise por áreas da acção governativa, constata-se que estão ali evidenciadas as prioridades do Governo, sendo 21% destinados aos transportes e comunicação, 14,4% aos serviços públicos gerais, 13,1% a habitação e serviços comunitários, 9,4% a combustíveis e energia e 8% a saúde.

O nosso país poderá enfrentar sérias dificuldades no que tange ao financiamento da sua economia, se não se conseguir inverter a actual situação, para que as nossas finanças públicas possam trilhar novos caminhos no seu reajustamento. Por esta razão, torna-se imperiosa a necessidade de consolidar o processo de reforma de finanças públicas.

O progresso material dos são-tomenses e de São Tomé e Príncipe dependerá da nossa capacidade em construir uma economia capaz de produzir níveis de riqueza autosustentáveis. Para isso, temos que assumir como princípio que não podemos continuar a viver acima das nossas posses. Temos que produzir mais riquezas, evitar o endividamento excessivo do País, ter uma política coerente de redistribuição e demonstrar a nossa capacidade para debelar as nossas fragilidades estruturais.

Acontece porém que, ao longo desses anos todos, temos vivido da ajuda externa e com um ritmo de consumo e de despesas incompatíveis com os baixos níveis registados na produção nacional. O resultado tem sido o acumular

dos níveis de dívida excessivos que põem em causa a nossa capacidade de endividamento. O baixo nível de crescimento económico tem dificultado a sustentação da dívida.

Por outro lado, para um efectivo controlo externo das finanças públicas, reputamos de fundamental a análise da conta geral do estado e a emissão do respectivo relatório e parecer pela jurisdição competente.

Com efeito, a inexistência da conta geral do estado, nomeadamente a actividade financeira do Estado no ano em que a conta se reporta nos domínios patrimonial e das receitas e despesas, quanto ao complemento da legislação orçamental e o inventário do património do Estado, as subvenções, subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidos directa ou indirectamente, constitui uma das fragilidades do nosso sistema. Este Governo envidará esforços necessários no sentido de, doravante, se remeter ao Tribunal de Contas a conta geral do estado para análise e parecer.

Excelências, este Orçamento traduz as prioridades do VX Governo Constitucional, nomeadamente nas áreas da economia, da saúde, da acção social, da educação, da formação e da justiça. O Governo pretende mobilizar toda a sociedade sãotomense para os novos desafios, para melhorar as condições de vida do cidadão, reduzindo a pobreza e desenvolvendo as infra-estruturas necessárias.

Este é o momento próprio para darmos um impulso decisivo à modernização e desenvolvimento da sociedade sãotomense e não continuarmos a perder mais tempo com conflitos inúteis. Por isso, é preciso reorganizar o Estado, sanear as finanças públicas, readjustar a política económica, reforçar a coesão nacional, melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos e garantir a igualdade de oportunidades e a justiça social.

Muito obrigado pela vossa atenção.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, acabamos de ouvir a apresentação do OGE e das GOP para 2013 na voz de Sua Exceléncia o Sr. Primeiro-Ministro.

Não havendo nenhuma intervenção de momento, convido o Sr. Presidente da 2.<sup>a</sup> Comissão para fazer a apresentação do parecer sobre o OGE e as GOP.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Também gostaria de adicionar a minha voz à voz das mulheres, mães e senhoras neste Dia Internacional da Mulher, sabendo o papel fundamental e relevante e, acima de tudo, o papel valorativo que têm tido na nossa estrutura societal.

*Aplausos gerais.*

Assim sendo, passarei a ler o parecer sobre as propostas de lei das GOP e do OGE para o ano económico de 2013.

«Nos termos do disposto na alínea b) do artigo 111.<sup>º</sup>, conjugado com as alíneas g) e h) do artigo 97.<sup>º</sup> da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Governo apresentou à Assembleia Nacional, para efeitos de apreciação e aprovação, as propostas de lei sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico de 2013.

As referidas propostas de lei deram entrada no dia 11 de Fevereiro de 2013 e foram admitidas por Sua Exceléncia o Presidente da Assembleia Nacional, em 18 de Fevereiro de 2013, tendo sido, nos termos regimentais, remetida à 2.<sup>a</sup> Comissão, Comissão para Assuntos Económicos e Financeiros, para apreciação e devido parecer.

No sentido de apreciação na generalidade, a 2.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise das propostas em epígrafe, bem como dos respectivos articulados e mapas anexos e serviu-se ainda dos pareceres emitidos pela 1.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, tendo constatado o seguinte:

Enquadramento macroeconómico das propostas de lei, contexto internacional.

As economias mundiais nos últimos anos têm sido marcadas por fortes tensões a nível do mercado. Não obstante os continuados sinais de desequilíbrio do mercado internacional, o FMI prevê para 2013 uma mudança no desenvolvimento das economias internacionais.

Os indicadores revelados em Janeiro de 2013, por um dos principais centros estatísticos internacionais, o Fundo Monetário Internacional sustenta um pequeno crescimento da economia mundial em 2013 de 3,5% contra 3,2% em 2012, prevendo um crescimento superior para 2014, de 4,1%;

Em contrapartida, na zona euro, onde se concentram os principais parceiros comerciais de São Tomé e Príncipe, prevê-se a continuação da recessão económica com uma contracção do PIB em torno de 0,2%. A retoma do crescimento está prevista para 2014.

São as economias emergentes que, contrariamente às economias mais avançadas, têm catalisado o crescimento económico.

Por conseguinte, prevê-se uma redução nos níveis de preços na maioria das economias mundiais para 1,6% em 2013, nas economias mais avançadas, e uma ligeira subida em 6,1% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Contexto nacional.

O fraco nível de execução do PIB 2012, conjugado com a crise financeira internacional, propiciaram um certo arrefecimento económico em 2012. Assim, o crescimento do PIB terá sido inferior em 2011, ou seja, de 4%. Em contrapartida, a taxa de inflação acumulada, até Dezembro de 2012, situou-se nos 10,5% contra os 6% projectados.

Pressupostos macroeconómicos para 2013.

Face a já referida conjuntura internacional desfavorável e consequente condicionamento de entrada de ajuda pública ao desenvolvimento e de investimento directo externo, o Governo projecta um crescimento não superior a 4,5% para 2013. O Governo prevê que em 2013 a taxa de inflação se situe em 7%. Reflectindo o esforço para consolidação orçamental, o défice primário previsto em 2013 é de 3% do PIB.

Principais constatações feitas pela 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Comissões Especializadas Permanentes.

Em relação à proposta de lei sobre as Grandes Opções de Plano, condizentes com as prioridades do País, as medidas de políticas programadas para 2013 visam promover a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico e o bem-estar social. Assim, as principais opções de política para 2013 são as seguintes:

- Organização do estado e fortalecimento da democracia.
- Desenvolvimento económico e promoção do bem-estar social.
- Formação e valorização de recursos humanos.
- Preparar o futuro.

Em consonância com as referidas opções, o Governo propõe a seguinte distribuição de recursos destinados a investimento:

- Serviços públicos gerais, 14,4%;
- Transporte e comunicação, 21%;
- Combustível e energia, 9,4%;
- Agricultura e pesca, 7,3%;
- Habitação e serviços comunitários, 13,8%;
- Saúde, 8,8%;
- Educação, 5,6%.

Constata-se a vontade do Governo em materializar algumas acções com o objectivo de melhorar e resolver alguns problemas mais inquietantes vividos pela população no sector da Saúde, salientando-se o Banco de Urgência do Hospital Ayres de Menezes, Centros de Saúde de Cantagalo e Lobata, alguns postos sanitários, casas de passagens nos distritos mais longínquos do País.

De igual modo, é notável o esforço em periodizar acções no domínio da Educação, visando impulsionar um novo modelo de organização escolar e garantir a melhoria do desempenho do sistema, requerendo-se todavia a calendarização da sua implementação.

São preocupantes algumas questões, tais como a fraca qualidade da educação primária e a elevada taxa de reprovação no primeiro e segundo ciclo no ensino secundário.

É também de salutar as medidas de políticas que visam garantir a afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe, incluindo a valorização das línguas nacionais e o incentivo e promoção do hábito de leitura.

Congratula-se com as acções conducentes ao aumento das pensões de velhice, de sobrevivência e de invalidez.

Congratula-se também com os meios atribuídos às zonas rurais onde o índice de pobreza é muito acentuado, que permitirão apoiar as famílias a manterem os seus filhos na escola, cumprindo assim o nível escolar obrigatório.

É de exaltar a atenção dada, tanto nas GOP como no OGE, às questões que se prendem com os direitos humanos, género e cidadania.

Em relação à proposta de lei sobre o Orçamento Geral de Estado para o ano económico 2013, o OGE apresentado pelo XV Governo estima uma arrecadação de receitas totais na ordem de dois biliões, novecentos e setenta e sete mil milhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões de dobras contra dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras, o que em termos globais representa um aumento de duzentos e setenta e um mil milhões e novecentos e oito milhões de dobras, traduzindo-se, em termos percentuais, num acréscimo na ordem de 10%. Este acréscimo deve-se principalmente às receitas provenientes de recursos externos, quer os donativos quer os empréstimos.

Relativamente às receitas correntes, o Governo previa, em 2012, uma arrecadação de novecentos e quatro mil milhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões de dobras, do qual foi realizado cerca de 85,2% até o final do exercício do ano económico.

Para 2013, o Governo prevê um nível de receitas correntes na ordem de novecentos e cinquenta e quatro mil milhões, trezentos e vinte e três milhões de dobras, representando um crescimento na ordem de 23,6%, em relação à previsão para 2012, e 23,82% em relação à execução estimada até Dezembro de 2012. Esta previsão optimista, na perspectiva do Governo, assenta na melhoria da actividade económica que é esperada para o ano 2013. O orçamento das despesas totais, excluindo as amortizações, projecta-se para o montante de dois biliões, novecentos e setenta e sete mil milhões, novecentos e cinquenta e quatro

milhões de dobras contra uma previsão de 2012 na ordem de dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras. Para 2013, as despesas de investimento público previstas pelo Governo estão afixadas em 1 bilião, novecentos e quarenta e sete mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras contra um bilião, setecentos e sessenta e nove mil milhões, oitocentos e oitenta e oito milhões de dobras previstos para 2012, o que representa um aumento de 10%. 93,5% de investimento público projectado para 2013 é financiado pelos recursos externos e o restante 6,5% de PIB será financiado pelos recursos internos. A massa salarial para 2013 está afixada em quatrocentos e quarenta e oito mil milhões e oito dobras, representando um crescimento de 7% em relação ao valor executado em 2012.

É importante o facto de se ter criado uma linha orçamental para doenças não transmissíveis, que têm sido o fardo para o Sistema Nacional de Saúde, assim como melhorias significativas na atribuição de verbas para aquisição de medicamentos e outros consumíveis, tanto para os programas do HIV/Sida, da tuberculose e afectação de verbas para o seguimento dos doentes mentais.

Relativamente ao sector da Juventude e Desportos, é com bom grado que a Comissão ressalta a importância dada, neste instrumento, às acções que visam melhorar e dinamizar o sector da Juventude e para melhoria do sector dos Desportos, assim como o apoio ao desporto escolar.

É de igual modo salutar a atenção dada ao sector agrícola e infra-estrutural da economia.

#### Recomendação.

As propostas de lei do OGE e das GOP para o ano económico 2013 foram entregues no dia 11 de Fevereiro, fora do prazo estabelecido na Lei 12/2009, alteração do artigo 24.º da Lei nº 3, de 2007, Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado. A entrega destas propostas de lei fora de prazo entende-se, porque o XV Governo Constitucional foi empossado no dia 12 de Dezembro do ano 2012.

Nessa ordem de ideias, a 2.ª Comissão recomenda que sejam submetidas ao Plenário as presentes propostas de lei sobre as GOP e OGE, para efeitos de discussão e aprovação na generalidade, de acordo com o artigo 210.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão Especializada Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, aos 28 de Fevereiro de 2013.

#### *Applausos gerais.*

**O Sr. Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, acabamos de ouvir o parecer da 2.ª Comissão.

Associando à leitura desse parecer a apresentação feita por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, estamos em condições de iniciar a discussão das GOP e do OGE.

Gostaria de aproveitar a ocasião para dizer a Vossas Excelências e àqueles que nos ouvem que esta sessão foi convocada por deliberação da Comissão Permanente da Assembleia Nacional. Como sabem, estamos no período de férias parlamentares. Fomos informados que a RDP África veiculou que a nossa sessão de ontem não se realizou por falta de quórum. Esta informação não corresponde à verdade. Nós tivemos que cumprir os desideratos regimentais e constitucionais, ou seja, tivemos que reunir a Comissão Permanente para deliberar sobre a realização desta reunião. Por este facto é que não realizamos a reunião ontem. Programámos para discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral de Estado para 2013 2 dias como o mínimo. Diz o Regimento que temos 2 dias como o mínimo e cinco dias como o máximo e quero fazer apelo a Sras. e Srs. Deputados, bem como aos demais membros do Governo, liderados por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro Gabriel Costa, para fazermos um esforço no sentido de discutirmos e aprovarmos esses documentos com a qualidade necessária, mas respeitando o período mínimo. Esta é a proposta que vos faço, ou seja, para que, num espaço de tempo considerável razoável, possamos pôr à disposição da Nação e particularmente do Governo o Orçamento Geral do Estado e Grandes Opções de Plano.

A nossa proposta é de 2 dias, ou seja, hoje e segunda-feira. Temos o tempo distribuído, sendo 95 minutos para o Governo, 95 para o Grupo Parlamentar do ADI, que lamentavelmente continua ausente, o MLSTP/PSD com 78 minutos, o PCD com 27 minutos e o Deputado do MDFM com 5 minutos.

Iniciamos os trabalhos com cerca de 1 hora de atraso, daí que gostaria de propor a Vossas Excelências, nesta ocasião, que pudéssemos trabalhar pelo menos 2 horas seguidas e faríamos um intervalo e depois disso retomaríamos e fecharíamos o nosso trabalho, em princípio, às 15 horas de hoje e retomaremos na segunda-feira. É essa a proposta que gostaria de apresentar, sujeita a modificações e obedecendo à evolução das nossas discussões.

Se não houver nenhum comentário no sentido contrário, iniciariamo-nos então a discussão, declarando aberta a inscrição.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para a discussão das GOP e do OGE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

**O Sr. Rafael Branco (MLSTP/PSD):** — Caras e Caros Deputados, renovados cumprimentos.

As minhas primeiras palavras, necessariamente, ainda terão de ser de solidariedade para com as nossas mulheres e as mulheres do mundo. Solidariedade porque acredito que têm uma luta dura pela frente, porque ninguém larga privilégios seculares facilmente e desejo-vos muitos sucessos na vossa luta. Tudo não está mal, há um recente relatório que aponta que são as mulheres que produzem mais teses nas universidades, quer dizer que as mulheres estão a controlar o saber, e o saber é a principal fonte de rendimento e de progresso no mundo. Portanto, há um caminho a fazer e não é todo ele tão mal como parece.

Sr. Primeiro-Ministro, eu já distribui rosas e agora só restam espinhos que irei partilhar com esta augusta Assembleia. Há uma poetisa moçambicano que dizia mais ou menos que «não basta que a gente proclame a justiça e a bondade, é preciso que a justiça reine nos nossos corações». Eu digo isso porque, como vêem, tenho aqui muitos papéis. Tenho o Orçamento apresentado pelo anterior governo e tenho este Orçamento. A leitura destes dois documentos mostra como é que precisamos fazer atenção com as declarações de boas intenções e preocuparmos com os factos. E o facto é que, por exemplo, no orçamento apresentado pelo anterior governo havia uma receita de privatização de 15 milhões de dólares. Ninguém sabe dizer qual seria a fonte dessa receita. Eu não sei, mas se este Governo souber, gostaria que nos esclarecesse. Porque é que isso é importante? É importante porque este Governo devia saber e podia até fazer a opção de não fazer a privatização, mas numa dinâmica de continuidade de Estado e de responsabilidade, essa informação tinha de ser prestada ao Governo. Este Governo vai buscar créditos ao exterior para financiar o Orçamento. Se essa receita estivesse cá, fosse viável e fosse de acordo com as opções do Governo, nós não faríamos isso. Portanto, não basta só as pessoas proclamarem boa vontade, é preciso praticá-la.

Há outra coisa que no outro orçamento do XIV Governo procurei com muita atenção, estava à procura porque um famoso sindicalista da nossa praça tinha anunciado um acordo escrito de que o salário mínimo iria ser de 200 dólares, mas procurei naquele orçamento e não vi.

Falando de sindicalismo, eu quero congratular-me com os anúncios de greves, porque até bem pouco tempo, até 2 anos atrás...

#### **Vozes do MLSTP/PSD:** — 2 meses atrás.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP): — Ah! Até alguns meses atrás.

Como dizia, não era permitido, não havia possibilidade de se fazer greve aqui. Recuperamos a liberdade e as pessoas hoje têm direito e devem exercê-lo, isso sim com responsabilidade.

Sr. Primeiro-Ministro, parte da crítica também é dirigida ao seu Governo e eu comprehendo que não teve opção, mas neste país temos que começar a ser bastante sérios. Eu quero referir-me ao subsídio de arroz. Um governo que estava de saída colocou o arroz ao preço que colocou, um preço que certamente não reflecte o preço internacional, um preço que não é sustentável, porque só a ajuda do Japão não vai servir para abastecermos o nosso país. Quer dizer que vamos ter que fazer importação e não é o Estado, serão os privados e eles terão que vender o arroz a um preço mais elevado. O que é que me preocupa nisso? É porque nisso, sei lá, mesmo para os partidos políticos e para o Governo, é difícil vir para rua dizer: «Olha, não dêem subsídio ao arroz.» Parece mal. Parece que se está contra o povo, quando se diz isso. O que digo é que esse subsídio é que é contra o povo, contra os interesses do povo, porque trazer o arroz de 13,5 000 para 16 ou quê, quem compra a 13,5 compra a 16, 17 e não há-de morrer de fome por isso. O problema é que esse subsídio e essa diferença são dinheiro do Estado. Pelas minhas contas, muito por alto, quando se vier somarmos o montante da primeira ajuda do Japão mais o da segunda ajuda e a manter-se o subsídio, vamos gastar com subsídios do arroz mais de 1 milhão de dólares e 1 milhão de dólares, Sr. Primeiro-Ministro, daria para cobrir muitas necessidades que hospital tem. 1 milhão de dólares serviria para apoiar os pequenos agricultores e os pescadores que iriam produzir para alimentar a sua família, alimentar o País e para diminuir as importações. E sobretudo isso foi colocado desta maneira para depois não se assinar o acordo que garante a vinda do outro. É muita má fé. E é por isso que digo que não basta que a gente proclame justiça. É preciso que a justiça reine nos nossos corações e na nossa actividade.

Mas há outra coisa que também me preocupa e falo disso com muito à-vontade. O governo no qual fiz parte, o último, implementou das mais profundas reformas das finanças públicas deste país, num espaço de 18 meses.

#### *Aplausos gerais.*

E não foi só criada. Foi na sequência da preparação que já tinha sido feita nos governos da Dra. Maria das Neves e do Engenheiro Tomé Vera Cruz, mas num ano nós implementamos essas reformas, para colocar justiça na utilização das receitas públicas. Fomos longe nalguns casos e noutras tivemos de recuar, mas não há registo, neste país, de em 18 meses ter-se feito uma reforma tão profunda.

Há coisas que nós não tocámos, por exemplo nos 3% que os trabalhadores das Finanças auferem sobre as receitas. Não tocamos porque pensamos que o esforço desses trabalhadores é importante. Qual é a minha surpresa? Cabalmente, na proposta do anterior governo, esses subsídios foram eliminados. Ora, nós vivemos num país em que as pessoas vivem com muitas dificuldades e a previsibilidade é uma coisa

importante. Há pessoas que fazem dívidas a contar com o rendimento que tem ao fim do mês e não podemos chegar de repente e eliminar uma parte tão substancial de rendimento. Eu acho que essa questão deve ser feita, mas eliminar? Não tive a oportunidade de ver se o Governo continuou isso, mas eliminar não pode. Temos de encontrar um mecanismo de associar esse esforço que eles fazem a um aumento na arrecadação de receitas, mas eliminar pura e simplesmente não faz sentido.

Sr. Primeiro-Ministro, aqui no Parlamento e na sociedade falamos muito das viagens do primeiro-ministro, dos ministros e não sei quê. Porquê? Eles é que são peixes gordos que nós olhamos, mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu estive a ver no anexo deste Orçamento que há coisas que não podem mesmo continuar. Há instituições que têm uma despesa de viagem inadmissível. Eu dou só um exemplo. Há uma instituição que tinha programado quase 8 mil milhões e gastou 12 mil milhões. Não pode! Isso não pode continuar. E nós focamos os olhos só nos ministros, quando há ilhas, ilhéus, rochedos de muitas situações que para mim não são toleráveis, num país com tantas dificuldades que tem, assim como não é tolerável, Sr. Primeiro-Ministro, as despesas que fazemos com algumas outras instituições. Aí também falo com muito à-vontade, porque nós fizemos o que pudemos fazer, mas infelizmente a falta de continuidade de Estado e a falta de controlo não permitiram levar isso ao fim. O tempo do seu Governo é limitado, mas temos que parar isso.

Quero referir-me às despesas na autoridade conjunta, não pode continuar a esse nível. Sobretudo agora que a quantidade de trabalho em princípio diminuiu, o número de sãotomenses nessas instituições não é o adequado, pelo menos não é proporcional e sobretudo porque não se pode dar privilégios desta extensão aos quadros superiores desta organização. Acho que se tem que parar com isto e tem-se que pôr disciplina nisto! Não podemos ter organização do Estado sãotomense com subsídios de férias que ultrapassam 5, 6, 7, 8, 9, 10 vezes o salário de muitos quadros nacionais. Não podemos ter pessoas a viajar constantemente, a fazer formações em todos os cantos do mundo, quando já fizeram formação.

Sr. Primeiro-Ministro, queria também referir-me a uma questão que nos preocupa a todos. O País sofre muito com uma utilização abusiva das nossas florestas, é um fenómeno conhecido, mas é verdade também que, havendo necessidades, é muito difícil controlarmos. Falei disso na Comissão e voltarei a isso na discussão em Comissão, propor a baixa da taxa aduaneira para a importação de madeira. Já o fizemos uma vez, não demos muita publicidade a isso e acho que se deveria baixar essa taxa de maneira a permitir a sua importação, para além de outras medidas que temos que tomar no domínio da habitação, de ter métodos e materiais mais baratos, no sentido de diminuir o custo de habitação. Para além disso tudo, acho que devíamos, mais uma vez, tentar o imposto sobre a madeira e seus derivados, de maneira a ver se diminuímos a pressão sobre as nossas florestas.

Sobre o orçamento em si, queria felicitar o Governo pelos montantes inscritos no programa de investimento público para o crédito à juventude, a formação, enfim. Há um montante considerável, tendo em conta as nossas limitações, para apoiar o pequeno e o jovem empresário. Mas sei como é o nosso país, alguns desses financiamentos fazem-se com crédito externo e é preciso garantir que a rentabilidade desses programas esteja assegurada. Já tivemos muitos maus exemplos e sobretudo é preciso que o foco principal desses investimentos seja na criação de emprego.

Nisto sou muito prático, muitas vezes estamos a organizar seminários e conferências para preparar pessoas para serem empreendedores, é necessário, mas empreendedores temos muitos por aí. Muitos jovens nos nossos *luchans*, nas nossas ruas da cidade e que já se estão a mostrar, mulheres *palaiés* e outras que são empreendedoras e eles não precisam de muitas teorias. Precisam de programas concretos para que possam financiar as suas actividades. Até sugeria que, no quadro desses projectos, fosse criada uma coordenação, porque há créditos na Agricultura, no Comércio, na Juventude, não há certamente nas Finanças, mas é preciso haver uma grande coordenação, porque amanhã o Comércio está a fazer uma formação para o jovem empresário, a juventude está a fazer outra, o outro também está a fazer e ficamos nisso. Hoje estou no sector privado e muita gente que vai pedir-me emprego tem 4, 5 certificados de formação que fez, muitas vezes financiadas pelo Estado, e continua no desemprego. Portanto, é absolutamente fundamental que esse grande investimento que este Governo está fazer, que mais uma vez felicito, seja coordenado e articulado de maneira a produzir emprego para essa juventude.

Finalmente, para não querer monopolizar muito tempo, queria partilhar consigo, Sr. Primeiro-Ministro, a prioridade que devemos dar à Saúde, nomeadamente o abastecimento regular dos nossos hospitais. Acho que se for preciso sacrificar tudo, não creio que seja preciso, vamos ter que garantir que, de uma vez para sempre, os hospitais e os técnicos da Saúde dos diferentes níveis tenham condições para fazer o seu trabalho de proteger e salvar vidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Antes de mais gostaria também de associar a minha voz à daqueles que me antecederão, para felicitar todas as mulheres do mundo, em especial as mulheres sãotomenses e abrir parênteses para felicitar muito particularmente a minha mulher e a minha filhinha.

Vozes: — Oh!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, esta sessão de discussão do OGE e das GOP é marcada pela ausência, mais uma vez, dos Deputados do ADI, razão pela qual torna o nosso debate um pouco...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Monótono.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ...pois, monótono, porque a oposição faz falta em democracia.

No entanto, é uma opção deste Grupo Parlamentar e não podemos forçar ninguém a estar num local onde não pretende estar.

Quero felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Membros do Governo pela apresentação de um documento que vai ao encontro das nossas populações, facto já frisado no relatório da 2.ª Comissão.

Gostaria também de felicitar a 2.ª Comissão pelo trabalho que foi apresentado. No entanto, ressalta à vista uma questão muito importante, que não devemos deixar passar sem falar. Na página 13.14 das GOP, o Governo propõe, no âmbito da Justiça, no capítulo 4.1.1.2.1, «Prosecução da política de modernização e credibilidade dos Tribunais, dos actos judiciais, inclusive a melhoria do acesso universal à justiça». Na página seguinte, «Reforma legislativa/autorização, actualização dos diplomas (...), seguidamente, «dotação dos serviços administrativos públicos de meios apropriados com vista a promover a personalização e a melhoria da qualidade dos serviços prestados». Creio que o Governo, com estes itens, quer abranger aquilo que dizia o Sr. Primeiro-Ministro na sua alocução, que iria defender de forma intransigente o combate à corrupção. Sobre essa matéria, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que isso não ficasse apenas inscrito, mas sim que passasse à acção. Temos um país que muito dizem que se transformou num país especial no mundo, *sui generis*. Aí gostaria de contar-vos um episódio. Quando estava no Governo, visitei um alto dirigente político, que me convidou, e dizia ele que, modestia à parte, apreciava as minhas acções, mas que era muito fustigado. Dizia ele: «vai em frente, porque estamos num país em que os verdadeiros ladrões vêm alguém a correr e gritam: «pega ladrão», quando eles próprios são ladrões». É o que tem acontecido aqui neste país. Uma pessoas que diz querer combater a corrupção e, no entanto, não tem nenhum sector produtivo para render-lhe meios financeiros, trata o dinheiro por «tu»...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Pois!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ... ninguém sabe donde vem esses recursos avultados, no entanto, ninguém diz que ele é corrupto. As outras pessoas é que são chamadas de corruptas, mas temos que chegar a um ponto final, a justiça tem que funcionar para, efectivamente, identificar as pessoas corruptas deste país.

Outro fenómeno que foi introduzido na nossa sociedade é a chamada mentira. Dizia o Sr. Presidente que a RDP África teria anunciado que a sessão de ontem foi adiada por falta de quórum. Esse é o novo ónus que se introduziu na nossa sociedade. A mentira está a ganhar um espaço na nossa sociedade que é de espantar. Não sou tão velho, também não sou tão novo assim, mas antigamente, desconfiados que eram os sãotomenses, dificilmente acreditavam numa mentira. Hoje é mais fácil as pessoas acreditarem na mentira do que na própria verdade. Sobre esta matéria, gostaria também de associar a minha voz à do Sr. Deputado Rafael Branco sobre a questão do arroz, porque alguns políticos já não sabem fazer política com verdades. Identificam algumas figuras políticas que querem e passam as mentiras como se fossem verdades e, curiosamente, os sãotomenses acreditam. Mas também isto só acontece porque temos nas instituições públicas pessoas que não apoiam o Governo e levam mentiras para fazer política.

Há 2 dias disse a alguém que, se calhar, agora sou do ADI. Só pode ser, porque aquilo que se diz no terreno é que Delfim Neves comprou 7 000 sacos de arroz e guardou-os. Só pode ser o papel da oposição. Se apoio o Governo, tenho Ministros no Governo que são do meu Partido, sou Vice-Presidente e Líder Parlamentar do PCD, comprar 7 000 sacos de arroz e guardar significa que estou fazendo o papel da oposição, para vingar o Governo. Mas o mais curioso é que nem sequer comprei 7 000 sacos de arroz. Porque se tivesse comprado, é normal haver essas suspeções. Mas não há nada que me proíba comprar e é preciso ficar bem claro. Sou sócio da empresa que mais arroz importou neste país e nos momentos difíceis. Houve momentos em que fiz chegar produtos de avião para este país, para salvar governos que não eram do PCD, e não é agora que apoio um Governo que vou fazer isso.

Requisitou-se 25 000 sacos de arroz para comprar, como é normal, temos empresas que vendem arroz, contrariamente a uma lista a que tive acesso, o anterior Governo vendeu arroz para todos quanto requisitavam que fossem do ADI, que tenham loja ou não, que vendem medicamentos, que vendem peças de carro, todos compraram o arroz. Temos firmas vocacionadas para vender arroz. O Governo, porque já não tinha essa quantidade, autorizou a compra de 7 000 sacos de arroz e Delfim Neves comunicou ao Governo que não queria comprar 7 000 sacos de arroz, porque não satisfazia aquilo que eram as suas previsões. Não se ia para o banco buscar um valor tão avultado para comprar 7 000 sacos de arroz, passado 1 mês, para ganhar cento e tal milhões. O Governo disse que não, que já fez o despacho e, para não ficar mal com uma decisão do Governo, comuniquei a algumas firmas da nossa praça que havia essa possibilidade e foram eles que contribuíram e foram comprar os 7 000 sacos de arroz e venderam. Nenhum grão de arroz entrou nos meus armazéns, quer das sociedades, quer das firmas de que eu sou detentor único. Que fique bem claro! Não tenho receio de comprar. E ainda bem que dizem «comprou», porque se dissessem que foi uma doação, ou uma facilidade a crédito seria pior ainda. No entanto, isso não pode continuar. As pessoas mentem e ficam impunes. Porque por aquilo que disse a RDP África, é impunidade. Nada lhe acontece e vimos aqui lamentar e explicar à população que não é bem verdade. E depois? Amanhã inventam outra mentira, já passou. Será

que as explicações que são dadas aqui chegam aos auditores? Já se passou a mensagem com a mentira. A única forma de combatermos a mentira é a justiça funcionar. A Procuradoria-Geral da República tem que funcionar o mais rapidamente para responsabilizar. Só os Tribunais estão autorizados a dizer quem tem razão, quem tem culpa, quem está a mentir e quem está a falar a verdade.

Se digo isto, Sr. Primeiro-Ministro, também tem a ver com a sua última declaração no último debate. O senhor trouxe aqui situações graves que se pode considerar até de crimes cometidos por alguns membros do governo anterior e, dias depois vieram dizer que é mentira. Então em que ficamos? Portanto, foi aprovada aqui uma resolução para submeter todas essas questões ao Ministério Público e quando o submeter tem que ser de forma pública, para que o cidadão fique a saber que esses casos foram introduzidos naquele Ministério para averiguações e responsabilização das pessoas.

Também, Sr. Primeiro-Ministro, se o felicitei pelo Orçamento, no artigo 7.º, no capítulo de crédito externo, na página 18, o Governo fica autorizado a contrair algumas dívidas e, naturalmente, caberá à Assembleia aprovar. Sobre esse capítulo, quero falar da *STP-Trading*. Tenho que falar disso porque criou-se um mito em São Tomé e Príncipe, e se calhar lá fora também, que *STP-Trading* é Delfim Neves. Quando se fala da *STP-Trading*, vê-se logo Delfim Neves como se fosse ele o dono da *STP-Trading*. É ele o responsável por tudo quanto se passou na *STP-Trading*. Temos que esclarecer isso, quando Delfim Neves, se calhar, é o único nome que nem sequer se devia frisar na *STP-Trading*, pela forma como foi convidado, pela sua participação e pela sua contribuição para que essa operação fosse realizada. No entanto, houve uma música do conjunto África Negra que dizia «cuá mu só bilá cuá da mu». É o que está a acontecer comigo.

Gostaria de apelar àqueles senhores que se chamam aqui de «comentadores políticos» que ser comentador não significa ser dono da verdade, não significa saber tudo e opinar. Um comentador deve estudar, deve ler, deve informar-se e ter a humildade de chegar à fonte das verdades e pedir esclarecimentos, antes de falar. Dizia alguém que os 5 milhões de dólares têm que ser pagos pelos sócios da *STP-Trading*. Antes de mais, que fique bem claro que não existe uma dívida de 5 milhões de dólares. Não se utilizou esse montante. Os sócios da *STP-Trading* contribuíram com 700 000 dólares e os produtos que chegaram ao País correspondem ao valor de 4 520 000 dólares. Naturalmente, se o Procurador-Geral da República, que é o advogado do Estado, quisesse defender efectivamente o Estado, não devia ter conduzido o processo desta maneira, nem devia tipificar o crime desta maneira, porque o objectivo do Ministério Público seria qual? Iligar o Estado de responsabilidades, sobretudo o pagamento da dívida. Isso é que é o papel do Ministério Público e é isso que acho que se recomendou a esse Ministério. Ele fez o contrário, ignorou o pagamento da dívida e quis apenas criminalizar algumas pessoas, sobretudo Delfim Neves: «esse senhor tem que ser preso, custe o que custar!», com o conluio de algumas pessoas, até mesmo da sociedade *STP-Trading*.

Isso fez com que o Estado ficasse hoje com um prejuízo, não há qualquer dúvida nisto, de 4 milhões de dólares. Estou a dizer isso aqui de forma firme e inequívoca. Agora, vamos distribuir as responsabilidades. Quem são os devedores dos 4 250 000 dólares da *STP-Trading*? À partida, o próprio fornecedor. Os produtos que não correspondiam ao planeado, que não foram encomendados e que foram, por uma questão de regra, aquilo que chamamos de «contrato comercial» e que muitos chamam de «factura pró-forma»; aquilo que não estava nesta factura e que foi embarcado, todos esses produtos foram rejeitados com uma comunicação ao fornecedor e ele confirma a sua rejeição, tanto é que num dado momento deu indicações para que a *STP-Trading* doasse os produtos para as entidades e associações de caridade. A *STP-Trading* não o fez porque se fosse fazer isso eles diziam «não, vocês dizem que os produtos não estão bons para o consumo e, no entanto, deram a entidades de caridade. Eles não são gente?». Então preferiu-se a sua destruição. Mas o fornecedor está à corrente, quem deve pagar os produtos que foram rejeitados? É o fornecedor o primeiro responsável.

Segundo devedor, o Estado são-tomense, que tem duas dívidas. Uma primeira, o crédito que o próprio Estado solicitou para fazer a distribuição na quadra festiva do Natal e do Ano Novo; outra dívida do Estado são os prejuízos que a empresa teve derivado de má fé do Procurador-Geral da República. Agora, não sei se as decisões do Sr. Procurador-Geral da República, más decisões por uma questão de capricho, cabe ao Estado assumir essa responsabilidade, ou então se é ele próprio que deve assumi-las. Porque criou-se um mito à volta da empresa, que os produtos não servem para consumo humano, houve produtos que foram reduzidos a metade do preço e mesmo assim não vendia, até o triste sabão. Se o sabão não vendia à metade do preço, porque tudo que a *STP-Trading* vendia era mau, palavras do Sr. Procurador-Geral da República, então o quê mais que vendia? Quem assume essa responsabilidade? É ele. Agora não sei, enquanto membro de um órgão da Justiça que deve tomar decisões, quando as toma erraticamente por capricho, quem deverá assumir essa responsabilidade?

Terceiro e último devedor, claro, são os sócios da *STP-Trading*. Apurar aquilo que se vendeu, retira as dívidas do fornecedor à dívida do Estado, cabe a *STP-Trading* assumir as suas responsabilidades. É esta a verdade! Apelo ao Governo para chamar todos os envolventes e que cada um assuma as suas responsabilidades e acabar de uma vez por todas com essa questão da *STP-Trading* e dos 5 milhões de dólares, que nunca mais acaba. Mesmo que os Tribunais, ao mais alto nível, mandaram arquivar o processo por falta de provas, continuam com este argumento da *STP-Trading*.

Daí que gostaria que ficasse bem claro que ninguém está a fugir às suas responsabilidades, mas que cada um deve assumi-las de forma clara e inequívoca.

Falava aqui alguém sobre um famoso sindicalista...

**Vozes:** — Cauique!

O Sr. Delfim Neves (PCD): — ... que teria, a dado momento, dito que havia um acordo para o pagamento de...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, gostaria de dizer, em forma de contribuição, por uma questão de gestão do tempo, que estamos de facto no debate na generalidade, mas que pudéssemos concentrar as questões à volta dos dois diplomas que temos sobre a Mesa, porque o tempo que vai dispor o seu grupo parlamentar está quase a esgotar-se.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Ai é? Muito obrigado.

Dizia alguém que já havia um acordo, segundo esse sindicalista, para o pagamento do salário mínimo de 200 dólares. Não vou falar mais sobre isso, mas esse mesmo sindicalista também teria dito que o anterior governo já tinha tudo feito e inscrito no OGE para pagar a indemnização aos licenciados. Procurei nesse orçamento do XIV Governo e não vi absolutamente nenhum centavo, ou uma rubrica inscrita para esse fim. Daí, mais uma vez, a mentira declarada publicamente nos órgãos de comunicação social e não acontece nada, a impunidade.

Por fim, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, fiquei perplexo quando ouvi a ameaça de greve no sector da Saúde. Também ouvi dizer que o sindicato dos professores teria reunido numa perspectiva de conduzirem também um processo de greve. A minha pergunta era saber se aquilo que foi dito aqui por si e que está inscrito no OGE na página 29, se essa questão foi ou não abordada na concertação social? Porque não é normal. Algumas reivindicações dos técnicos da Saúde são legítimas, falta de medicamentos, de consumíveis e as melhores condições de trabalho, mas também que advêm de anos atrás. Nós próprios fomos fazer uma visita ao Hospital e constatamos que não havia absolutamente nada, inclusive garrafas de oxigénio vazias, fingindo que estavam cheias e não vi nenhum técnico da Saúde naquela altura a reivindicar nada! O mais caricato é que incluíam também nas suas reivindicações a questão da implementação da carreira profissional e vejo aqui na página 19 que o Governo, este Governo, inscreveu uma verba na massa salarial, por isso é que aumenta as despesas com o pessoal, para atender exactamente à questão da carreira profissional dos sectores da Educação e da Saúde. Então, o que é que está por detrás disso? Só posso entender que é falta de informação e, se for assim, apelo ao Sr. Primeiro-Ministro para chamar esses sindicalistas e fazer saber que o seu Governo preocupou-se efectivamente com esta questão.

O Sr. Presidente: — Recordo a vossas excelências que estamos na apreciação, na generalidade, das GOP e do OGE para 2013.

Desta feita, convido o Sr. Deputado António Barros, para fazer uma intervenção.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Analisando um pouco o orçamento que foi atribuído à Região Autónoma do Príncipe para o ano em curso, cheguei a algumas conclusões que importa aqui salientar. A primeira, é que acho que nisto estaremos de acordo e também esperava isso, que este Governo iria resolver todos os problemas que lá existem neste momento, mas considera-se um bom Orçamento, na medida em que foi um orçamento amplamente discutido entre os governos central e regional e, certamente, é um orçamento consensual, no quadro dos parcisos recursos de que o País dispõe.

O mais importante aqui a salientar é a sensibilidade deste Governo porque, aquando da discussão do Programa do Governo, fiz aqui um apelo para que ele fosse à Região Autónoma do Príncipe, que discutisse com os dirigentes locais e que acordasse um orçamento de forma a evitar que houvesse aqui debates. Felizmente isso aconteceu e isto é um sinal de abertura, como já havia dito, de um Governo com muita sensibilidade e que ajuda um pouco a resolver os problemas. Portanto, coisa que há bem pouco tempo, enquanto Deputado aqui nesta Assembleia, não conseguia.

Há uma coisa também que é necessário chamar a atenção deste Governo, no que toca a execução orçamental. Nos últimos 2 anos tínhamos assistido, no meu entender, a piores execuções orçamentais em termos percentuais. Para dizer que no ano passado, pelas informações que tenho, a execução não chegou sequer a 20%, foi das piores que se verificou. Portanto, chamo a atenção deste Governo para uma maior execução, embora dependamos dos países financiadores, é bom evitar todo o mal que o outro fazia. Digo isto porquê? Olhando para este Orçamento, o que foi atribuído para a Região Autónoma do Príncipe está recheado e com rubricas importantes. Aqui não vou poder salientá-las todas, porque depois estaria a desviar o rumo, estamos na generalidade, estaria se calhar a entrar na especialidade, mas quero aqui salientar algumas que são importantes e que o povo precisa saber, por exemplo, a construção de um estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe, que já fazia falta há muito tempo e que vem evitar o isolamento dos reclusos e a falta de assistência por parte dos seus familiares. Todos sabemos que é contra os direitos humanos.

Vejo também a reabilitação do troço de estrada que liga Gaspar a Sundi, cidade de Santo António a Porto Real, também um troço que tem sido um quebra-cabeças durante esse tempo todo, a estrada de Santo António Segundo, que liga o bloco de apartamentos à escola secundária. Essa estrada é das piores que existe no centro da cidade de Santo António. Eu mesmo uma vez, para diminuir a aflição dos alunos, porque essa estrada também faz a ligação com uma escola, peguei na minha carinha, convidei alguns jovens e fizemos um trabalho de enchimento dessa estrada com entulhos, porque os alunos tinham que meter os pés na água para chegar à escola, outros tinham que pagar motorizada para saltar aquele riacho. Na altura fiz um trabalho que achei que foi importante e espero que até hoje esteja a servir e fico muito satisfeito por esta obra estar orçamentada.

Se chamo atenção para a questão da execução orçamental é porque se chegarmos ao fim do ano e nada disso for implementado, então também não se fez nada. Por isso é que chamo atenção para um maior esforço do Governo no que toca a execução orçamental e a transferência atempada das verbas, porque ultimamente também tem-se verificado muito atraso nas transferências dessas verbas.

Aquando da discussão do Programa do Governo, havia dito, e continuo a dizer, que este Governo, independentemente do apoio que tem dos Grupos Parlamentares, tem o meu pessoal, mas que também não deixaria de o criticar quando houvesse motivos para o efeito. Se não houver uma boa execução, certamente que virei aqui criticar. Estamos cá, somos os Deputados que apoiamos o Governo, mas não devemos estar aqui dentro só nas palmas, porque somos todos de uma família, ou porque não existe o contraditório, infelizmente com a ausência os Deputados do ADI, não podemos estar relaxados porque o problema não termina aqui. O problema termina lá fora, há um povo lá fora à nossa espera, à espera que o Governo encontre soluções urgentes para os seus problemas. É nisso que nos devemos debruçar.

Por isso é que eu quero aqui também chamar a atenção do Governo, porque acho que é uma medida que o Governo tem que tomar. Neste momento não se vê o arroz do Japão no País, porque está escondido. Não se vê o arroz à venda! O arroz que foi colocado à disposição dos comerciantes, eu tenho a certeza de que ainda não acabou, está escondido e o preço está a ser especulado. Há dois dias passei pelo mercado e vi oficialmente um grupo de sacos de arroz, não contei, mas estavam à venda a 480 000 dobras. Como é que um comerciante pode vender oficialmente a esse preço um saco de arroz que o Estado mandou vender a 350 000 dobras? A Polícia Económica tem que funcionar. O Governo tem que agir, porque o arroz tem que estar à disposição das pessoas.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor havia dito aqui aquando da discussão do Programa do Governo, e de facto cumpriu, quero manifestar a minha satisfação por isso, pois foi à ilha do Príncipe, não vendeu sonhos nem ilusões, acordou o que foi possível e atribuiu. Isso foi muito importante, porque os tradicionais, aqueles que eu chamo de falsos profetas, já foram para o Príncipe, mais uma vez, para tentar enganar aquela população. Levaram muitas mentiras, e eu quero chamar a atenção do meu querido povo do Príncipe, que sei que é muito inteligente, mas mesmo assim não vou deixar de chamar a sua atenção, para que não se deixem levar, mais uma vez, pelas falsas promessas e que não se esqueçam que há bem pouco tempo, no Centro Cultural do Príncipe, assinou-se uma lista de promessas falsas que nunca chegaram a ser cumpridas. Sinceramente, não consigo compreender com que caras essas mesmas pessoas voltaram para fazer novas promessas. Custa-me entender!

Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria que me explicasse, e o povo do Príncipe também gostaria de ouvir, porque nós enquanto Deputados eleitos pelo povo, temos a obrigação de trazer as reclamações do povo para aqui, sobre o problema dos preços das passagens aéreas. Se eu insisto nesta política é porque de todas as comparações feitas entre os voos que ligam São Tomé a Libreville, Cabo Verde, Angola e outros, chega-se a uma só conclusão: quem viaja para esses países paga um preço mais baixo em relação a quem viaja entre as duas ilhas. Portanto, considero inaceitável e lamentável que fazer uma viagem de 35 minutos custe mais de 5 milhões de dobras. Em nome do povo do Príncipe gostaria de dizer uma coisa, e tenho autorização e confiança desse povo, por isso estou à vontade para falar. O povo do Príncipe não quer que o Estado são-tomense pague as suas passagens. Não é isso! Eles estão conscientes, sabem que não é possível e que o País não dispõe de recursos para isso. O que o povo do Príncipe quer é que esta passagem tenha um preço justo, um preço barato, de acordo com os seus rendimentos, que são fraquíssimos. O que se passa em relação a essa questão das passagens? Está muito claro! E é muito fácil deduzir por que é que viajar para o Príncipe custa uma fortuna. A STP Airways tem uma grande despesa com o aluguer do aparelho, que é da *Africa Connection*, e tem que aplicar uma taxa que suporta as despesas ou, de contrário, pára a ligação entre as ilhas. O mal que há nisso e que eu, enquanto Deputado eleito pelo povo do Príncipe tenho que o defender, não posso me conformar e é por isso que não desisto desta luta, é que no fundo quem está a pagar o frete do avião da *Africa Connection* é o povo do Príncipe, que não tem condições para isso e que também já não está disposto a continuar a pagar.

O mais grave é que estamos a falar de custos da descontinuidade geográfica, custos da dupla insularidade e que todos temos consciência plena de que esses custos são custos do Estado são-tomense e o próprio Estado é que tem que os assumir.

Costumo dizer que normalmente as pessoas do Príncipe não viajam pelo prazer de viajar. Na maioria dos casos é por necessidade de resolver algo que não se consegue fazer no Príncipe. Infelizmente! Por isso, peço encarecidamente a este Governo que tome algumas medidas que dêem final às inúmeras injustiças que se perpetuam contra o povo do Príncipe. O preço de um bilhete de passagem é uma dessas injustiças, no meu entender. Pagar 5 milhões de dobras para viajar 30 minutos é uma injustiça clara. Por isso, gostaria que o Governo tomasse algumas medidas para o povo do Príncipe começar a sentir que essa onda de injustiças está a chegar ao fim.

Bem, porque também não consegui entender bem uma rubrica que vem no Ministério da Saúde, sobre a emergência sanitária, gostaria que o Governo me explicasse qual é a medida orçamental que tem para melhorar o método de evacuação dos doentes do Príncipe, que nos últimos 2 anos tem sido um desastre. Porque nunca mais o povo do Príncipe quer ouvir nem assistir à lamentável cena que aconteceu no dia 19 de Setembro de 2012, ainda com o Governo do ADI, em que uma senhora em estado de coma, que

precisava de cuidados urgentes, ficou em terra, no aeroporto do Príncipe, esticada numa maca, dentro de uma ambulância, a ver o avião partir. É triste! E o mais grave é que ao bordo desse avião que deixou ficar essa senhora, viajava um membro do então governo, ligado à área da Saúde. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, quem era o membro do governo?

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — O povo do Príncipe sabe quem é e eu não preciso aqui citar o nome das pessoas. Na altura certa, o povo irá fazer a sua justiça. Confio muito no povo do Príncipe. No Príncipe costuma-se dizer: «quá sá queca».

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado, pela sua intervenção.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. Adelino Pires Neto (MDFM/PL): — Sr. Presidente, eu tinha dificuldade em inscrever-me, porque estou cá na Sala com muita vontade de trabalhar e tenho apenas 5 minutos, quando há pessoas que não querem trabalhar, com 92 minutos. Isto é uma injustiça! Por causa disso, até sinto preguiça de me inscrever.

Antes de colocar a minha questão, gostaria de felicitar as nossas mães, irmãs e mulheres do todo o mundo, em particular as são-tomenses, e mais particular ainda uma que os senhores já sabem de quem se trata e que não poderia deixar de ser.

Sras. e Srs. Deputados, acho que devemos começar a tomar certas medidas. Vou começar na parte de mentiras. Ter a comunicação social, um órgão que pode levar as informações e as imagens do País para todos os cantos, com imagens de pessoas a falarem mentiras, temos que tomar medidas. Primeiro, temos que conhecer as pessoas que são verdadeiramente são-tomenses, porque as pessoas que têm misturas e que trabalham nos sectores vão para o exterior e levam as informações daqui, porque não são daqui e não gostam do País e quem está a ficar mal com isso somos nós e todo o País. Temos que tomar medidas contra isso.

Segundo, este orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, se fosse pelo Sr. Deputado Pires Neto, somos 29 Deputados aqui presentes, seria aprovado já hoje, porque eu queria ver o senhor já amanhã a trabalhar. O senhor está a precisar de instrumentos para trabalhar e temos que assumir este Orçamento. O trabalho de casa já está feito, nós estávamos a supor que os adversários estariam cá para se imporem e nós nos defendermos, mas eles não estão e também não poderiam cá estar, porque em todos os pareceres de todas as comissões menciona-se a ausência dos Deputados do ADI, pois então alguém que não foi convidado ou não tinha convite não pode participar na festa. Então, o que deveríamos fazer era aprovar já o Orçamento. O povo está à espera de prática, não teoria, e eu quero pedir a qualquer deputado do ADI que estiver cá amanhã, meus senhores, por favor, temos que ficar em cima do Governo, porque queremos vê-lo a executar aquilo que está no Orçamento. Gostaria de pedir aos senhores que temos que ser sérios, o trabalho foi feito, temos todos os instrumentos, todos conhecemos o seu conteúdo e só nos resta aprová-lo e o Governo entrar em acção. Não estamos aqui para fazer outra coisa, não há adversários, estamos à vontade, podemos aprovar o documento.

Meus senhores, muito obrigado.

*Risos e aplausos.*

O Sr. Presidente: — Agradecemos o Sr. Deputado Pires Neto. Entendemos o alcance das suas palavras e das suas considerações, todavia temos que seguir os trâmites legais e temos de criar o ambiente para permitir que os Srs. Deputados analisem e apreciem o Orçamento, não obstante entendermos bem o que o Sr. Deputado quis dizer com «o trabalho está feito já».

Deixem-me fazer o ponto da situação sobre o tempo disponível. Continuamos a ter o Governo com o seu tempo intacto, o MLSTP/PSD tem neste momento 39 minutos e 46 segundos, o PCD tem 3 minutos e o MDFM/PL tem 2 minutos e 35 segundos. Estamos a fazer a distribuição do tempo do ADI, que está ausente, e no momento exacto vamos anunciar os tempos correspondentes

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco Governamental, Sras. e Srs. Deputados, saudações às mulheres de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, quero felicitá-lo pelo seu Orçamento e pela coerência que teve, porque quando esteve cá para o debate sobre o estado da Nação focou alguns pontos, tais como a situação catastrófica do sistema de Saúde, que as Forças Armadas, para comerem, era necessário turnos, porque não havia louças suficientes, falou, na altura, do crónico problema dos licenciados, falou da cadeia e disse que a cadeia está a ruir e que representa um perigo para os guardas prisionais, os funcionários podem a todo momento ser vítimas de violência por pedradas. O Sr. Primeiro-Ministro recordar-se-á perfeitamente disso e, para mim, é uma alegria ver inscritas, neste Orçamento, verbas para resolver, não diria a 100%, mas para dar os passos de arranque na solução desses assuntos.

O meu apelo vem no sentido de que se cumpra ou que se melhore a percentagem da execução orçamental. Tem sido muito fraca, creio que o Sr. Deputado António Barros fez referência a isso. O que está no papel é muito bonito, mas precisamos de, independentemente dos constrangimentos externos, – como sabemos, o nosso OGE tem forte pendor de ajuda externa – temos que ir buscar forças lá onde não existe para melhorar a nossa execução.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, também fico satisfeito porque este Orçamento traz, de facto, verbas para a formação do pessoal do Estado. Nenhuma sociedade se desenvolve sem formar o homem e, muito particularmente, o capítulo da formação também me deixou bastante satisfeito.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro e todo o elenco governamental, podem contar comigo para o que for necessário.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, continua aberta a inscrição para apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se a esta altura das discussões Vossa Excelênciaria teria algumas considerações a serem feitas.

Faça o favor, tem a palavra.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Ilustres Sras. e Srs. Deputados, primeiramente gostaria de agradecer os Srs. Deputados que fizeram o uso da palavra por tudo quanto disseram aqui, de tudo quanto o Governo vem fazendo para pôr em marcha a carruagem do desenvolvimento.

Reiteraria a expressão de há pouco, relativamente a «governação com transparéncia sem vender sonhos». É possível e repito que é possível todos juntos inverter o estado actual da situação em que o nosso país se encontra. Se metermos as mãos na nossa consciência, se arregaçarmos as mangas, se tivermos o sentido daquilo que é justo, estou convencido que dentro de algum tempo, apesar das dificuldades que existem a nível internacional, nós poderemos dar saltos qualitativos e poderemos voltar aqui e dizer ao nosso povo que valeu a pena. Eu digo isto com uma convicção profunda!

Ouvi as preocupações levantadas, nem tudo é mar de rosas, não há rosas, por mais bonitas que elas sejam, sem espinhos, mas acho que o que nos tem faltado ao longo destes anos não são meios, é a forma como esses meios são utilizados. Nós falamos do combate à corrupção, e voltamos a insistir, falamos do desperdício que existe a nível dos nossos serviços, no caso da energia dos sectores, e é fácil constatarmos que se houvesse um pouco mais de rigor e de entrega aos trabalhos, muitos problemas seriam resolvidos.

Eu agradeço aos Srs. Deputados que falarão aqui sobre a questão da greve e quero dizer aos senhores representantes do povo que este Governo não é arrogante. Este Governo tem a data dos encontros que teve com as centrais sindicais, tem a data da realização do Conselho de Concertação Social, em 2 meses, portanto, dois encontros realizados de forma humilde.

Na discussão do OGE, eu disse aos representantes dos sindicatos qual era efectivamente a solução deste Governo, relativamente ao compromisso que tinha sido assumido pelo governo de Patrice Trovoada e que não foi respeitado. 7% do aumento da massa salarial. Foi considerado esse aumento para ocorrer as despesas resultantes da implementação da carreira, quer a nível do sector da Saúde, quer a nível da Educação.

Na senda daquilo que disse o Sr. Deputado Delfim Neves, que agora há falta de informação, eu digo que não. Há muita mentira, há muita mentira, porque as pessoas elegeram esta forma de estar na vida política como seu credo, contrariamente àquilo que eu defendo, que nós devemos praticar a verdade. As pessoas estão informadas, nós dissemos que as prioridades estavam definidas, que nós assumiríamos os compromissos que foram assumidos por outro governo, que estava na senda da continuidade do Estado. Fizemos simulações e tanto mais que havia um membro de uma central Sindical que perguntou-nos se não haveria um aumento de salários ao nível da Função Pública. Nesse Conselho de Concertação Social, dissemos quais eram os constrangimentos que o Estado são-tomense tinha na questão do aumento salarial, embora compreendêssemos que é justo que perante a situação galopante do custo de vida pudesse haver realmente algum reajuste salarial. O problema é que nós não estamos em condições de ir mais longe, sob pena de perdemos o apoio dos nossos parceiros multilaterais que financiam o nosso orçamento na ordem de mais de 90%. E nós dissemos que estamos disponíveis para discutir com todos os sindicatos a situação real do País, porque defendemos que políticos, dirigentes, a todos os níveis, devem conhecer a real situação do País. Só assim é que estarão em condições de o transformar. E disse mais, se me vissem a multiplicar as minhas viagens, se me vissem importar carros de altas cilindradas para o Governo, se me vissem fazer despesas sumptuosas, então, estariam no direito de dizer sim senhor. Não se pode obrigar os outros a apertar os cintos e dar sinais exteriores de riqueza. Se há dificuldades, se há que se apertar os cintos, toda gente deve apertar os cintos. Estou a dizer isso com toda a franqueza e devo dizer aos Srs. Deputados que já estou habituado. Já fui Chefe do Governo e já fui vítima do mesmo cenário. É que eu não estou disponível para colocar os parcos erários públicos do Estado para quem não faz nada e quer «comer» dinheiro de graça. Bom, que isto fique claro, não é arrogância, mas é determinação, porque prometi aos senhores que faria bom uso do erário público que os senhores me confiaram para poder gerir.

Tive um encontro, visitei o hospital e espero que os Srs. Técnicos da Saúde, os Srs. Médicos, os Srs. Trabalhadores me estarão a ouvir neste momento e que podem testemunhar a meu favor. Tive uma boa reunião, uma reunião durante a qual nós caracterizamos, nós discutimos os problemas reais que se colocam ao sector da Saúde. Dizia que com a vida das pessoas eu não faço política. Conheço a situação dramática em que está o hospital. Eu não esperei que houvesse o anúncio de greve para ir ao hospital e ver que não havia oxigénio e fazer diligências para que se pudesse oxigénio, para que ninguém morresse em São Tomé e Príncipe por falta do oxigénio. Eu não esperei o pré-aviso de greve para lançar um SOS, um pedido de auxílio em matéria de medicamento, enquanto não tivesse orçamento. Fi-lo! Fi-lo durante a minha viagem ao Gabão. A Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros não me deixa mentir, a lista foi entregue. Fi-lo junto do Representante do Encarregado de Negócios da África do Sul. O Sr. Presidente da República, recentemente, teve da parte do Sr. Presidente da República da África do Sul, o Sr. Jacob Zuma, a confirmação de que vão ajudar São Tomé e Príncipe em matéria de importação de medicamentos Fi-lo nas várias reuniões, com aqueles que considero os médicos veteranos da Saúde, entre eles, o Sr. Dr. António Lima, o Sr. Dr. Hilário Carvalho, o Dr. Edgar Neves e outros médicos, sobre um plano de contingência relativamente à situação da Saúde, um plano de curto prazo e depois de longo prazo. Foi nessa base que recebi a Delegação do Instituto Vale Flor, que estava de visita ao nosso país, a quem solicitei a vinda dos responsáveis do Vale Flor para negociar um plano de requalificação do Hospital Ayres de Menezes. Tudo isso foi anunciado, a seu devido tempo, às pessoas interessadas naquela reunião.

As pessoas de má fé, que utilizam a greve como arma de arremesso contra o Governo que nem sequer tem 100 dias, sabem o que estão a fazer e ao serviço de quem se encontram.

Não é de bom-tom que uma arma que a Lei e a Constituição colocou nas mãos dos trabalhadores, para defesa dos seus interesses socioprofissionais, seja utilizada de forma leviana, para atender os compromissos de natureza política, no sentido de perturbar o clima que nós necessitamos para construir o futuro para os nossos filhos.

A interpretação enviesada da expressão por mim utilizada de que eu desvalorizava a greve do sector da Saúde, eu disse que desvalorizava o pré-aviso. Porquê?

Mais uma vez, faço apelo às pessoas que estiveram na reunião que me ouviram. Quando discutímos só os problemas que interessam, o colectivo dos trabalhadores da Saúde, disseram-me que não tinham conhecimento do pré-aviso de greve e que estranhavam aquele pré-aviso de greve. Então alguma coisa vai mal. Quer dizer que se passa um pré-aviso de greve sem concertar com os trabalhadores, em que eles pudessem dizer exactamente a sua justiça relativamente a essa questão, porque está em causa a defesa dos interesses deles, não é de qualquer interesse, é do interesse socioprofissional deles e não do interesse político de cada um. Portanto, disseram que não sabiam.

Ora, antes de passar ao pré-aviso de greve, tinha que haver uma tentativa de negociação com a entidade patronal. Só quando frustrar essa tentativa de negociação é que se passa a essa última arma, para levar a entidade patronal a pré-negociar. Essa é a rácio, esse instrumento que o colonizador constituinte e o jogador normal colocou nas mãos para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Não pode ser utilizada para outro fim. Mas, enquanto eu me preocupava com a situação de três parturientes na mesma cama, digo-vos francamente, é constrangedor, eu vi um correspondente da RDP África. Essa ave de mau agouro estava a aliciar esse sindicalista e tiveram a ousadia de meter na minha reunião um gravador e, em bruto, passavam para a RDP África tudo quanto eu estava a falar na reunião.

**Uma Voz:** — Isso dá cadeia.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Eu deixei porque o clima que nós vivemos nessa reunião era clima de responsabilidade, de gente que estava seriamente perturbada, que estava seriamente interessada em ver a solução dos problemas e não era efectivamente gente que queria fazer política com a vida das pessoas.

Disse aqui o Sr. Deputado, e muito bem, durante 2 anos, houve acordos que foram celebrados, houve compromissos que foram assumidos, tanto ao nível do sector da Saúde como ao nível do sector da Educação, não cumpridos. Eu pergunto, onde é que estavam esses senhores, onde é que estavam esses representantes dos interesses dos trabalhadores que nem sequer moveram uma palha? No dia dos professores, os professores foram ridicularizados pelo Ministro de então. Foram humilhados! Não pode haver dois pesos e duas medidas!

Dizer ao Primeiro-Ministro actual que há falta de diálogo, quando num espaço de 2 meses ele encontrou-se duas vezes com as pessoas, para dizer exactamente o ponto da situação, quando não há nenhum pedido de audiência que tivesse sido negado, aliás, ouvi o apelo à greve, as notas enviadas à Polícia, à Presidência da República, por um conhecido, um vezeiro dessa prática, porque realmente, Srs. Deputados, nós estamos num país em que não há coerência, porque em condições normais determinadas pessoas não teriam pago para falar. Pesa-me muito ter que ser enxoalhado por pessoas que sabem onde é que deviam estar. Nós temos que aperfeiçoar o nosso sistema democrático. É por isso que me inquieta que pessoas com responsabilidades se sirvam de pessoas como instrumentos, a qualquer preço, para atingirem os seus objectivos. Não há coerência, não há decência! Eu, enquanto político, seria incapaz de lançar mãos a coisas mais marginais, apenas para atingir os meus intentos.

Eu sou insultado todos os dias, de forma inadmissível, e tenho sabido relevar e não ceder a provocações, porque o que me interessa fundamentalmente é fazer aquilo que nós estamos a fazer, o possível, para melhorar as condições de vida das populações. Nós assumimos um compromisso, perante vós, com o povo são-tomense, e vamos respeitar esse compromisso.

Não é fácil lidar com pessoas, com os compromissos que o Estado assumiu. Como é sabido, não temos informações e podíamos fazer aquilo que os Srs. Deputados decidiram aqui, que é de levar às instâncias competentes indícios de crimes que foram cometidos contra o Estado. Aliás, é curioso, Srs. Deputados, quando eu vi a circular no jornal «Explicar sem Complicar» ou «Explicar para Complicar» um documento que dizia que os materiais que o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural estava a distribuir tinham sido encomendados durante o Governo do ADI, tive uma prova irrefutável de que esses indivíduos levaram os documentos para suas casas, têm os documentos em casa, sabiam o que estavam a fazer, quando subtraíram os documentos do Estado, para poderem meter no seu jornal e dizerem que foram eles que importaram. Isso é uma prova. E digo-vos mais, nada disso está esquecido. Só ontem é que recebi, no meu gabinete, o relatório sobre a situação da TVS. Os Srs. Deputados perguntaram-me, só ontem é que recebi. Esse relatório está na posse do Ministério Público e indica actos que realmente sente-se que é um certificado de má gestão e alguma corrupção. Os dadores de lição, os que têm uma arma, que é uma arma terrível, mortífera, que se servem dos microfones para sujar as pessoas, deviam se cuidar ao fazerem algumas afirmações. É chegado o tempo de saber quem é quem, sobretudo os falsos profetas. Nós vamos prosseguir.

Eu diria aos Srs. Deputados, nada do que eu afirmei daqui desta tribuna é mentira. Os documentos provam! O encaminhamento foi dado! Nada do que eu disse está sem suporte documental. Seria indigno da minha pessoa.

E esses falsos desafios a debates, eu teria muito gosto em receber esses senhores que querem debater aqui, em directo. O hemiciclo é o palco, por excelência, para que nos tributássemos a um leve jogo. Não o fazem por cobardia, porque preferem aproveitar-se da situação difícil das pessoas para ir minar, para corroer. O que querem é perturbar para que as coisas não vão avante. Ninguém obrigou ninguém a deixar São Tomé e Príncipe. Quem não deve, não teme.

Se um indivíduo é são-tomense, porquê que foge? Aliás, o normal seria alguém que exerceu cargo público, por isso é que nós estamos a propor a responsabilização dos titulares dos cargos públicos, porque realmente há muito que se lhe diga. Temos de saber de onde vem o dinheiro que alimenta a instabilidade e avulta a democracia, o dinheiro que tem constituído a nossa desgraça, de algum tempo a esta parte. Nós vamos chegar lá! Estamos a fazer as diligências necessárias, Srs. Deputados, e eu dar-vos-ei conta das conclusões a que chegamos.

Srs. Deputados, eu não tenho dúvidas de que precisaremos de alguma dose de capital para realizarmos as coisas que estão inscritas aqui e estou plenamente optimista que vamos conseguir.

*Aplausos.*

Os contactos que temos lançado ao longo destes 2 meses são plenamente animadores e tudo o que conseguirmos mobilizar será empregue na resolução dos problemas do povo. Estamos atentos, sabemos que há injustiças, que há assimetrias. A questão das passagens para a ilha do Príncipe, inicialmente julgamos que essa questão estava resolvida com um expediente que tinha havido, que fazia com que as pessoas do Príncipe pagassem o bilhete de avião mais barato para virem para São Tomé. Portanto, é aquilo que se chama a discriminação positiva, tendo em conta a dupla insularidade e a descontinuidade geográfica, mas ao tomarmos conta daquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado, representante do MLSTP/PSD no Príncipe, tomamos boa nota e vamos ver exactamente como fazer.

Evidentemente foram ditas aqui coisas extremamente importantes sobre a STP-Trading. Eu até sou pessoa suspeita para dizer aquilo que eu venho dizendo ao longo dos anos. Eu vou dizer às pessoas que entendo que o Estado, em princípio, é responsável pelos actos que os seus servidores cometem, no quadro da responsabilidade civil do Estado, mas tendo em conta que há actos que se pode desvincular da responsabilidade normal do Estado para serem imputados ao servidor do Estado que tenha agido com incúria, nós temos que encontrar a forma de evitar que o Estado pague sistematicamente pelos erros que cometem os seus agentes, sem pôr em causa os princípios jurídicos que norteiam essa matéria. É possível, em direito administrativo, encontrar-se a forma de responsabilizar, através de uma acção de regresso, as pessoas que deliberadamente, sem justificação, por incúria, façam o Estado incorrer em pagamentos que, em condições normais, todo aquele servidor do Estado, seja ele da função administrativa, seja ele da função judicial, embora haja o princípio da irresponsabilidade dos juízes, mas quando se consegue provar por A+B que um juiz mediano, um juiz normal, nunca teria colocado um cidadão na cadeia perante a ausência de prova indiciária do cometimento de um crime, para além desse juiz ter consequências disciplinares, esse juiz devia ser responsabilizado por aquilo que ele faz o Estado pagar por incúria.

Eu estou de acordo com os Srs. Deputados. Não podemos continuar a aceitar que a mentira ganhe fôrte de cidade. Há mentiras descaradas! Bom, que graça é que tem dizer-se lá fora – esse indivíduo devia ter vergonha –, em vez de dizer que o debate parlamentar foi adiado, porque havia dificuldades de os Srs.

Deputados do Príncipe chegarem para que pudéssemos fazer os nossos trabalhos a tempo e porque havia que se acertar algumas coisas, sobretudo, para respeitar o Regimento, disse que foi falta de quórum. Quer dizer que isso tem um nome, em termos deontológicos! Tem consequências deontológicas. Esse jornalista tentou saber junto aos serviços da Mesa da Assembleia informação, como um bom pai de família, como um bom jornalista, em vez de disseminar mentiras? Porque ele está ao serviço do ADI, porque ele é um comissário político disfarçado, com microfone, insultando pessoas.

*Aplausos.*

Nós temos que moralizar isto! Não pode ser! E temos que fazer compreender. O que tem havido a nível dessa Rádio Difusão é que há muita complacência em relação aos indivíduos que eticamente fogem ao decoro, ao profissionalismo, ao exercício correcto da profissão de jornalismo. Não nos venham acusar de ter uma atitude no sentido de querer ofuscar ou de criar dificuldades à Imprensa. O que tem havido é uma atitude de hostilidade em relação aos chefes de Estado. Aquilo que se tem feito em relação às figuras do Estado é inadmissível em qualquer parte do mundo. Tempos de antena para denegrir as altas figuras do Estado de uma forma inusitada, em democracia. Lá em Portugal é crime. É crime! E nós temos que resolver esse problema. Nunca se viu!

Nós criamos esse espaço de interculturalidade para permitir uma informação fluida no nosso espaço lusófono, que se utilizasse esse mecanismo de forma tão inusitada para atingir altas figuras do Estado. Não está em causa a questão da liberdade da Imprensa. O que está em causa é o abuso da liberdade de imprensa, o desrespeito pelas autoridades, que deve ser efectivamente punido, porque nós não somos enviados nenhum.

A vontade totalitária e avassaladora do anterior governo e da sua liderança fez com que houvesse um controlo total dos órgãos de comunicação. Quer dizer que era um império que se avizinhava. Já vimos o que diz o Jornal «O Parvo», nas suas diferentes edições. Esse jornal está ao serviço de alguém. Algumas rádios, até sem autorização para emitir, têm feito coisas inadmissíveis. Não se pode utilizar os meios de comunicação, não se pode utilizar a Internet, os blogs, para poder fazer política de baixo nível. Amanhã vai-se querer que o povo respeite os dirigentes? Amanhã vai-se querer dizer que as pessoas devem ter outra conduta, se os responsáveis políticos dão exemplos péssimos? Porque vale tudo?

Não posso esconder, não posso não dizer aqui à Assembleia que continuo a respeitar as bases do ADI e a lapinagem que tomou conta da direcção do ADI e que tem feito uma política oportunista, sujando as pessoas de forma vil. Espero bem que as bases se apercebam e possam extirpar esses indivíduos, porque precisamos efectivamente de um verdadeiro contraditório com gente séria do ADI, há Srs. Deputados sérios no ADI, não é com os oportunistas que lançam veneno por tudo quanto é canto, para justificarem o soldo que recebem.

Srs. e Srs. Deputados, não sairemos do nosso caminho. Estamos prontos para o combate. Vamos continuar a trabalhar, esmiúcem o Orçamento, vamos discuti-lo na generalidade, na especialidade, façamos as correcções que forem necessárias, porque esse instrumento é para servir os interesses do povo que juramos defender.

Queria dizer-vos que tive acesso à «miragem». Começam a chegar alguns documentos e eu vi o documento, o sonho. Hoje estou na posse do sonho que se vendeu a alguns são-tomenses e na altura precisa terão conhecimento desse documento, por isso é que sempre me pareceu que quando as pessoas diziam que tinham um projecto para São Tomé e Príncipe, que iam fazer isto, fazer aquilo, não é possível fazermos um projecto de desenvolvimento deste país sem as pessoas. Tomemos o exemplo do Príncipe. Há um projecto de desenvolvimento integrado do Príncipe, onde a população passou meses a ouvir as pessoas falarem com os dirigentes, falarem com os destinatários desse projecto, para depois conceberem algo com sustentabilidade e que hoje, com a ajuda de parceiros, estão a tentar implementar.

Meus senhores, se não soubermos, vamos dizer que não sabemos e não saber não é vergonha. Como sabemos, esse projecto que foi apresentado aqui não foi feito pelo Governo.

Temos hoje o custo desse projecto e até o Estado estava para ser posto no Tribunal, porque disse-me o operador que as coisas foram atropeladas e antes da queda do anterior governo já não havia contacto entre eles. Havia o propósito de se pôr no Tribunal o Estado por causa das tropelias verificadas no cumprimento desse projecto. Mas então, onde é que está o projecto? Onde é que está o sonho?

Falemos da Terminal Link, esse é o grande projecto de porto de águas profundas que nos interessa a todos. Antes da queda desse governo, já a Terminal Link tinha tomada a decisão de não continuar no processo, embora manifestasse o interesse em continuar a colaborar com a São Tomé e Príncipe.

Agora, eu não sei. É por isso que digo, esses indivíduos que primam pela ausência, deviam estar cá, trazer os documentos e dizer-nos como é que se explicam isso. Pensam que metem medo a alguém.

Srs. Deputados, vamos trabalhar no sentido da execução, depois de terminarmos a discussão do Orçamento, vamos apontar todas as eventuais falhas que tem.

Relativamente à execução orçamental do ano passado, a percentagem de execução foi mais de 70%. Provavelmente no Príncipe essa percentagem ter sido um pouco mais baixo. Reparem que transferimos para o Príncipe os projectos fundamentais, sobretudo de investimentos de capital, figura agora no

orçamento do Príncipe, porque cabe às autoridades do governo regional lançar os concursos, após ser aprovado o Orçamento, para a sua execução. Só quando a envergadura da obra o exigir é que vai haver a intervenção do poder central, porque o problema de transferência de verba vai deixar de existir. Isto numa nova filosofia que este Governo inaugurou, relativamente ao relacionamento do poder central com órgão do poder regional e local. Gradualmente vamos participar na formação das pessoas, vamos pedir ajuda e trabalhar para que os órgãos do poder local assumam as questões específicas aos seus próprios interesses. É uma questão que achamos que não podemos continuar a protelar.

Sobre os 3% dos trabalhadores das Finanças, é verdade que essa percentagem tinha sido retirada e nós voltamos a colocar, Sr. Deputado Rafael Branco, por razões de elementar justiça. Aqueles que contribuem para que o Estado possa arrecadar mais receitas, na justa proporção, devem participarem no resultado de arrecadação dessa receita.

Nós pensamos que vai haver outros expedientes, como disse aqui no meu discurso, para captarem recursos externos. Nós não teremos verbas suficientes para reparar a cadeia, que está num estado lastimável.

No quadro da reforma da Justiça, pensamos submeter aos Srs. Deputados, muito brevemente, um plano de reforma, com órgãos que pensamos instituir para que tenhamos recursos extraordinários para que essa reforma se faça. Aproveitaria a oportunidade para dizer aos Srs. Deputados que, se fizermos essa reforma, e estou convencido que vamos fazê-la, a breve trecho, porque é inadiável que façamos essa reforma, deixará de haver as injustiças que existem. Não podemos continuar a conviver com elas. E temos um sinal positivo, claro, que vem dentro do próprio sistema, que é uma espécie de inconformismo dos Srs. Magistrados, tantos Judiciais como do Ministério Público, relativamente à situação prevalecente ao nível das magistraturas. Isto dá-nos um alento. Há uma alteração positiva dessa situação e nós não hesitaremos em trabalhar com toda gente, para que a reforma do sector da Justiça se faça.

Srs. Deputados, em matéria de política externa, vamos melhorar o nosso relacionamento, vamos utilizar uma diplomacia mais acutilante, como costumamos dizer, para que tenhamos mais meios, mais apoios, para financiarmos a democracia, para financiarmos acções do nosso desenvolvimento.

Há uma questão que não vem espelhada nas GOP nem no OGE, mas que eu não podia deixar de mencionar, que é a nossa integração regional. A nossa integração regional assume uma importância extraordinária. Embora não disponhamos de recursos neste momento, nas instituições de que somos membros, quer ao nível da CIAC quer o observador da CEMAC, podemos tirar maior partido da nossa interacção regional.

Falou-se aqui do arroz, que é utilizado contra este Governo até à exaustão. Eu vi no panfleto que é distribuído às pessoas, como se o Primeiro-Ministro tivesse cometido um crime de *lesa pátria*, para que não houvesse arroz em São Tomé e Príncipe.

Demagogicamente, o Governo anterior, ao sair, numa política de terra queimada, baixou o preço de arroz para criar dificuldade a este Governo.

Estou de acordo com o Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco que se fizermos as contas, as subvenções que fomos esforçados a fazer para evitar as convulsões sociais, porque os peritos da instabilidade ressolveram utilizar essa arma que se vai voltar contra o próprio povo, porque 1 milhão de dólares faria muito para que o nosso Hospital e outros sectores da vida nacional pudessem conhecer a melhoria. Fomos forçados, porque o que eles queriam era que logo de início tivéssemos choque com a população, para eles «pescarem em águas turvas».

Sobre a gasolina, já faltou a gasolina aqui! Não é a primeira vez que há falta de combustível. Essa falta de combustível, no fundo, não havia rotura de stock. Houve uma racionalização, segundo aquilo que me disse o responsável da área, por causa da demora registada da vinda do barco. Provavelmente, terá havido alguma explicação, terá havido algo que não funcionou, mas criar agitação junto das populações para pôr em dificuldade um Governo com 2 meses e dias de existência é má fé sem escrúpulo. Nós vamos resistir e continuar o nosso caminho. É a minha convicção profunda! E vamos tomar algumas medidas, depois da aprovação deste Orçamento para pôr cobro a determinadas situações.

Srs. Deputados, eu deixaria outros aspectos para que os Srs. Ministros dos sectores pudessem responder e estamos à vossa disposição para todos os esclarecimentos necessários. Muito obrigado pela vossa atenção.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Temos ainda alguns Srs. Deputados inscritos.

Sr. Primeiro Ministro, Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo e retomaremos dentro de 15 minutos.

*Eram 12 horas e 55 minutos.*

*Srs. Deputados, está reaberta a sessão.*

Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Ministros, Caras e a Caros Colegas Deputados, reabrimos a sessão e chamo para fazer uso da palavra a Sra. Deputada Edite Salvaterra Pinto.

*Eram 13 horas e 35 minutos.*

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco, Caríssimas Deputadas e Caríssimos Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, uma das acções do Governo que mais gostei de ver espelhada, quer nas GOP quer no OGE foi o lançamento da campanha nacional do combate a droga. Aliás, desde o ano de 1991/1992 foi criado um gabinete de luta contra a droga, coordenado pelo Sr. Dr. Emílio Sardinha, mas não houve seguimento dos trabalhos e o Gabinete deixou de existir.

Ainda ontem fui cumprimentar o Dr. Sardinha, de vez em quando vou lá cumprimentá-lo, ele está muito triste. Quando soube que as pessoas estão a se drogar ali no Náutico, até chorou. Como ele se encontra num estado de saúde debilitado, lamenta muito a situação, porque alertou muito às autoridades competentes naquela altura, mas não levaram a cabo o conselho dele e é por isso que temos a droga instalada no nosso país. No entanto, o que considero ainda mais grave é saber que certas pessoas inculcam nos jovens certos conhecimentos, contribuem para o desenvolvimento do País. Eu não sei porque razão dizem isso. Soube isso quando estive em algumas reuniões nas zonas. Então havia um grupo que veio para perturbar a reunião, depois alguns jovens que estavam ali disseram: «a senhora pode continuar, porque eles são drogados». Então eu estive a falar que vocês não devem entrar nesse sistema, porque isso dá cabo da saúde, dá cabo da sociedade, dá cabo do País e de tudo.

Eles disseram que isso contribui para o desenvolvimento do País. Claro que é uma pessoa de conhecimento que disse isso. São pessoas de má índole que não querem o bem de São Tomé e Príncipe.

Com esta explanação, queria chamar atenção aos jovens para não irem nessa conversa de que a droga contribui para o desenvolvimento do País, mas sim é uma desgraça. É um dos flagelos mais condenáveis da humanidade. Também espero que o Governo siga em frente com esta medida e que coloque à frente deste gabinete uma pessoa dinâmica e com garra, para ver se conseguimos acabar com este malefício que entrou no nosso país e que está a dar cabo dos nossos jovens.

Relativamente à Educação, tenho muito a falar, aliás no outro governo também a minha intervenção aqui era sempre falar da Educação.

Sr. Ministro, a Educação continua muito mal. Apesar de ter pouco tempo, gostaria de saber o que é que o Sr. Ministro pensa fazer para ver se muda o sistema da Educação, porque esse sistema que temos agora de as crianças transitarem sem ler e escrever está a desgraçar os alunos. Eles chegam a um determinado nível, por exemplo o nível universitário com bases muito frágeis. Estamos no terreno e sentimos muito isso. Mesmo que batalhemos para combater, não conseguimos. Os alunos escrevem com muitos erros, não sabem escrever uma frase correcta, tudo isto derivado a um mau sistema de ensino que temos agora.

Para terminar, gostaria de felicitar as minhas companheiras de luta, mulheres, pela luta titânicas que enfrentamos neste país, para que os nossos filhos, maridos e todos nós tenhamos uma boa saúde e felicidade, se bem que nem sempre os homens nos compreendem, mas continuaremos a nossa luta.

Aproveito para agradecer ao Sr. Deputado Rafael Branco pela oferta desta flor.

*Risos.*

Sim, é um gesto muito carinhoso da parte dele.

*Applausos*

E também gostaria que todos homens dessem hoje um relacionamento, um viver muito especial a todas as suas mulheres.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, todos os Srs. Deputados que cá estiveram felicitaram as mulheres pelo dia internacional consagrado às senhoras e eu gostava de ajudar a minha voz a de todos quanto já felicitaram as senhoras e ajudar um desejo de que num futuro muito breve as senhoras possam ter não só um dia 8 de Março, mas todos os 364 dias. Afinal, não há desenvolvimento nenhum, não há sociedade nenhuma sem elas. Nós continuamos a ter, infelizmente muitas de nós, um tratamento todos os dias, para todos, tanto as senhoras como os senhores e neste momento o que temos é um dia para as senhoras e o resto para os senhores.

Depois disso, quero agradecer também o gesto de um Sr. Deputado e um Sr. Ministro que me ofereceram umas flores. Agradeço imenso.

Passo agora à questão de hoje, Orçamento Geral do Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, tive a oportunidade de estudar a vossa proposta de OGE e das GOP e devo reconhecer que, dentro da nossa frágil situação económica e financeira, é um Orçamento possível e aceitável. Todavia, gostava de sugerir algumas melhorias, tanto no próprio documento, como na fase seguinte, que é a sua implementação. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso, temos o País muito endividado. Falando concretamente da dívida externa. Considerando que o nosso país teve um perdão da dívida há pouco tempo e já houve, ao longo dos últimos anos, bastante legislação e medidas tomadas, que permitem hoje encontremos uma outra fonte de financiamento, a minha proposta é substituirmos uma parte desse financiamento externo por financiamento interno. Temos um instrumento que é o Título de Tesouro, que eu saiba já havia um processo relativamente avançado nesse domínio. Para a economia é muito melhor que haja dívidas internas do que externas, porque a dívida externa pesa mais. Há uma explicação económica para isso, mas eu penso que podíamos fazer isso. Para isso, é necessário que se moralize bastante a sociedade e, nesse domínio, estamos a precisar de muitas medidas.

Ainda sobre o financiamento, um Deputado que esteve cá falou sobre os 15 milhões que estavam no OGE que o anterior governo tinha proposto à Assembleia Nacional, 15 milhões que advinham supostamente da privatização. Este Governo não recebeu as pastas e não conseguiu conhecer a fonte dessas privatizações, mas deixe-me integrá-lo, o Sr. Ministro das Finanças. O senhor tem no seu Ministério um funcionário de nome Américo Ramos, anterior Ministro das Finanças, que é o ideio, entre aspas, do orçamento tal que acabei de frisar. Ele propôs isto, advém das leis da Nação, tem uma obrigatoriedade de todos os funcionários e todos os servidores do Estado prestarem todas as informações necessárias que tenham no âmbito das suas funções de Estado. Ele é funcionário da Direcção do Orçamento que elabora tecnicamente o orçamento e ele é obrigado, Sr. Ministro, a prestar essas informações, se não sei o que é que ele faz lá.

*Aplausos.*

Sobre o financiamento, o Sr. Primeiro-Ministro falou das diversas dívidas que o País tem, não se referindo às dívidas externas, mas há dívidas na praça que se devem à indisciplina financeira. Os sectores do Estado não podem assumir compromissos e despesas que não estejam de acordo com a Lei. Se cumprissem a Lei não haveria essas dívidas, porque diz a Lei SAFE, o Decreto n.º 4/2009 e outros tantos regulamentos que um compromisso de dívida tem que estar devidamente orçamentado, tem que haver cabimentação orçamental, tem que haver disponibilidade imediata de recursos para satisfazer essas despesas. Se não, ninguém pode fazer dívidas.

Sr. Primeiro-Ministro e membros do seu Governo, eu vos peço que ajudem o Sr. Ministro das Finanças. Normalmente os Ministros das Finanças ficam sozinhos nessa batalha, não porque os outros Ministros sejam maus, mas porque querem fazer a sua parte e normalmente deixam essa carga em cima dos ombros do Ministro do Plano e Finanças. Então é um apelo, por ter vivido essa experiência, que todos os Srs. Ministros exijam dos seus serviços o cumprimento da Lei e não façam com que o Estado possa ter todas essas dívidas, porque o Estado são-tomense tem passado por caloteiro, porque não paga as dívidas. Não pagam, porque as pessoas assumem as dívidas à revelia. Então a minha sugestão é que o Ministro do Plano e Finanças, ou o sector, faça uma inventariação, já se fez isso há uns tempos, de todas as dívidas na praça, veja qual é a legalidade delas. As que forem de facto legal, que possam ter alguma cobertura legal, que seja feito um plano de amortização faseado ao longo dos anos e de uma vez por todas possa ter cara limpa, porque o Estado não pode estar sempre a dever. Na economia tudo tem uma ligação lógica, então esse arrefecimento da economia que se tem vivido ultimamente deve-se a esse não pagamento das dívidas pelo Estado. Então, o Estado só pode assumir o que pode pagar e não assumir o que não deve pagar. O Estado não é só o Governo, são todos os sectores do Estado, sem exceção.

Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que dê atenção, por favor, aos demais sectores do Estado. As pessoas que seguem o que se passa em Portugal devem dar conta que houve certo momento, no Governo de Sócrates, em que houve um problema com o défice do OGE, porque se teve que ir buscar os défices das empresas públicas, para entrar no Orçamento Geral do Estado. E nós temos o hábito, em São Tomé e Príncipe, de pensar que as instituições que têm autonomia de gestão administrativa têm independência. Não é independência, é autonomia, porque têm que prestar determinadas informações, seguir determinadas regras, de acordo com a Lei. Portanto, é preciso prestar alguma atenção a isto, por favor.

Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão que já falei há pouco tempo, mas deixe-me enfatizar isso. Não estou a «puxar a brasa para a minha sardinha», mas é para dizer que, de facto, olhando para o Orçamento, vejo que é preciso que na implementação haja mais coordenação, que o Governo esteja unido em um, que não haja pequenos oásis, que não haja muita disparidade, que haja coerência entre o que está num ministério com o que está nos demais ministérios. E na implementação é preciso que isso seja assim também, porque nós temos que marcar a diferença do anterior governo. Então é preciso que tudo o que seja feito seja de acordo com a Lei. Nesse sentido, Srs. Ministros, não vale a pena os senhores lutarem pelo protagonismo individual, porque o Governo tem que ser colectivo. Nós, os seres humanos, temos essa tendência natural de empurrar o que é mal para os outros e o que é bom para nós. Então, espero que me estejam a entender

bem, é preciso que na execução do Orçamento, ou seja, nas despesas que fazem, tenham em conta tudo enquanto é finanças do Estado. Nunca dizer que tal sector é que não deu ou que não fez, porque o Governo é um e porque fica feio para a própria pessoa que diz, uma vez que o Governo não é individual, mas sim um colectivo e tem que funcionar assim.

De momento fico por aqui, muito obrigada e, enfim, desejo-vos sucessos.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sra. Deputada Ângela Viegas por esta prestimosa colaboração. Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro, para uma intervenção.

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD): — Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu Elenco.

Sr. Primeiro-Ministro, antes de tudo, gostaria de felicitá-lo pelos dois instrumentos apresentados.

Falou também que tem sido enxovalhado todos os dias. Nós aqui pedimos-lhe que tenha força, porque geralmente se diz que os inimigos nos atacam quando estamos no caminho certo e geralmente as pessoas, quando não vêm também a possibilidade de nos queimar, sujam-nos, como o carvão. Portanto, ao longo dos anos, temos dado o nosso contributo na medida do possível a este país e sabemos como é que os outros governos fizeram ou deram de si para este mesmo país. Toda gente lúcida sabe como é que foi a nossa administração de Estado neste 2 últimos anos.

Trabalho numa casa social, que é o Ministério da Saúde, e nós víamos a degradação do Ministério da Saúde em pouco tempo, aquilo que nós começamos a fazer desde o ano 1999, mas chegando ao final de 2010 a degradação começou.

Sr. Primeiro-Ministro, falo precisamente no campo da Saúde, relativamente à explicação que foi dada aqui. Percebemos muito bem, mas há pessoas que não querem entender, por isso mesmo pedimos que tente corrigir esta alínea, na página 26, onde temos a implementação da política e do plano de recursos humanos da Saúde, antes de votarmos na especialidade.

No Programa do Governo também está o plano de desenvolvimento das carreiras do Ministério da Saúde, mas os técnicos estão a ver que isso não diz nada, então, querem uma coisa específica e propomos que nestas alíneas seja a implementação da política e do plano de carreiras dos recursos humanos da Saúde e começar essa carreira, claro, de forma faseada, como está no Ministério da Educação, para evitar a situação de pré-aviso que, claro, já denunciaram ou já informaram a nível de todos os serviços que pretendem fazer greve a partir do dia 11. Estamos confiantes que esta greve não vai ser materializada, porque a nível da Saúde, nós sempre reclamamos e já há algum tempo. Não é o Governo que entrou há 2 meses é que fez com que tudo se degradasse desta forma. Portanto, para haver um melhor entendimento entre as partes, eu gostaria que na realidade corrigissem este item.

A Sra. Deputada que me antecedeu falou de coerência, eu também acho que não há coerência em determinados aspectos, mesmo num só ministério. Nós continuamos a afirmar que as áreas de Saúde são os pilares do Ministério da Saúde. Estando as áreas de Saúde mal, claro que todo o fluxo da população correrá para o Hospital Central e estará o Ministério da Saúde mal. Se virmos para o nosso OGE, o que é que está atribuído para as áreas de Saúde? Parece que não percebi bem a fatia que foi atribuída, em termos percentuais, ao Ministério da Saúde. Se for 8% do global, acho que é muito pouco para este Ministério, tendo em conta a situação que temos. Estávamos a 10%, mas eu posso dizer que esses 10% foram apenas escritos, porque para quem trabalhou e que trabalha no Ministério da Saúde, mesmo com os 10% eu sei que a execução foi muito baixa no ano anterior, embora alguém tenha dito aqui que, no global, a execução foi de 70%. Para o Ministério da Saúde foi péssimo. Portanto, peço que vejam antes da discussão, na especialidade, a atribuição de verbas para as áreas da Saúde.

Nas Grandes Opções do Plano, fala-se de reabilitação de casas de passagem, mas não citam a reabilitação do Centro de Saúde de Angolares. Para quem visita ou que por lá passa sabe que esse Centro de Saúde também está muito mal. Portanto, sei que temos problemas com verbas, porque dependemos do exterior, mas seja como for pode-se ver e ter uma melhor coerência em termos de afectação e em termos de atribuição de verbas, para ver aquilo que podem fazer para esse Centro também. Espero e peço que tendo em conta o Programa que apresentaram, embora tenha um horizonte temporal de 18 meses, que o Orçamento para este ano, daquilo que está plasmado, seja executado pelo menos 80%, caso houver recursos, porque os problemas são muitos. Nós reconhecemos que todos os distritos têm problemas, o País todo tem problemas, mas temos que ver quais são as prioridades. Vamos ver quais são os problemas mais candentes que temos no País, em determinadas direcções, em determinados ministérios e tentar resolver os problemas da população. Era isso que gostaria de realçar. Muito obrigada.

Sr. Presidente, desculpe-me. Desta Tribuna, eu gostaria de agradecer o Sr. Deputado Rafael Branco, porque não é o primeiro ano que estamos aqui nesta Casa Parlamentar, mas teve um gesto, hoje, excelente, marcando a sua diferença em relação aos outros Deputados.

Muito obrigada.

Risos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscritos.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. Adelino Pires Neto (MDFM/PL): — Sr. Primeiro-Ministro, vejo que muita gente foca a sua atenção na Televisão e esquece-se da Rádio Nacional. Assistimos na televisão o futebol, as novelas, mas escutamos notícias na nossa Rádio, a nossa música nacional, por isso, não nos podemos esquecer desse sector. É neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, quando o senhor fez visita à TVS, o senhor passou pela Rádio? Conheço as condições da Rádio Nacional, os funcionários têm muita dificuldade em trabalhar, estão a trabalhar porque são profissionais. Peço uma atenção para este sector também, para melhorar a sua condição de trabalho.

Gostaria de mandar um recado para o Sr. Director da Televisão. Não falo com ele pessoalmente, porque para mim é muito melhor falar publicamente. Que aquela imagem que ainda continua na televisão dos senhores mandatados do ADI seja imediatamente limpada, por favor. Que o senhor coloque lá uma imagem democrática, uma imagem bonita de São Tomé e Príncipe, porque a Televisão é do País, não é de um partido político. Por isso, faço este apelo ao Sr. Director da TVS, que encontre lá um especialista e limpe a imagem, porque não estamos aqui para assistir à pouca vergonha do ADI.

Sr. Presidente, alguém me trouxe agora um jornal intitulado «Explicar sem Complicar», estive a lê-lo e aqui falam do nosso Presidente da Assembleia, apelidando-o de Presidente ilegal. Segundo o artigo, o Sr. Deputado Alcino Pinto não quer que os outros Deputados tomem posse, que é o Sr. Abnildo d' Oliveira e outros. Eu dirijo-me a si, Sr. Presidente, dizendo que se a situação ainda continua é também por sua boa vontade. O senhor é passivo, é homem de Estado e talvez queira fazer o trabalho de Estado. Se um grupo de Deputados não reconhece o Presidente da Assembleia, é porque também não reconhece a Assembleia. E parece que segundo esse senhor, eles podem fazer tudo o que quiserem, porque são Deputados, usufruem de dinheiro, têm transporte, têm regalias, e eu não sei se o senhor próprio ainda autoriza passar os passaportes diplomáticos e, por cima, é insultado.

Aqui também diz alguma coisa sobre «o maior arrogante de São Tomé e Príncipe, o Sr. Gabriel Costa» e pergunta-se aqui em baixo: «afinal quem é o mais arrogante?» E eu, depois de analisar, coloquei lá como resposta, «Patrice Trovoada».

*Risos.*

Mas sabem porquê? Porque mesmo com a arrogância do Dr. Gabriel Costa, nós o chamamos para Assembleia e ele veio, mas o Patrice não apareceu. Então, ele é o mais arrogante.

Portanto, temos que dizer que o mais arrogante é o Sr. Patrice Trovoada. Não veio e fugiu. Fugiu até com os «cães»!

*Risos.*

Quando ele voltar terá que trazer os «cães», porque eles são daqui!

*Risos.*

O jornal fala do Delfim Neves, porque sei lá, parece que ele ganhou o concurso de arroz. Há muitas conversas aqui. Se o Gabriel está desconfiado, se tem dinheiro no banco, se pediu empréstimo, se vai buscar outro dinheiro. O senhor tem o direito de ir arranjar o dinheiro de todas as maneiras. O que eu não o aconselho é tirar o dinheiro do Estado e meter na sua algibeira, mas aquilo que é para beneficiar o povo, se o senhor puder tirar o dinheiro de qualquer lado para ir buscar o arroz para beneficiar o povo, que vá buscá-lo já, vem e mete o dinheiro no lugar. É disto que nós estamos a precisar, porque tudo o que estão a fazer, os senhores sabem o porquê, a democracia está muito madura e por estar madura toda gente está a fazer o que quer.

O senhor da Televisão há pouco estava a falar das transmissões de futebol. Penso que 99% dos homens deste país gosta de futebol e 99,9% de senhoras gosta de novelas. Resumindo, todo o roubo que é para o bem do povo, que o senhor o faça, agora roubar para a sua algibeira, o senhor que assuma. Por isso, tudo aquilo que beneficia o povo, estamos de braços dados com o Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos aqui para cumprir o Regimento porque, para mim, tudo já está feito.

A Sra. Deputada Ângela disse a bocado que todos aqueles que contraem dívidas para o Estado de forma ilegal, é indisciplina, não é? E o que é que devemos fazer com a indisciplina?

Se é ilegal e é indisciplina, Sr. Primeiro-Ministro, se Vossa Excelência já está a ser enxoalhado, porque é que não enxoalha também? Tome medidas com tudo aquilo que é ilegal e todos aqueles que cometem actos ilegais contra o Estado e nós estamos aqui para o ajudar. Estou a falar isso com viva voz. Mesmo não estando eu cá amanhã, estará um outro Deputado do MDFM/PL, ele virá com o mesmo espírito para ajudá-lo a tomar medidas nesse sentido.

Não vou falar mais nada, só estou à espera para votar o Orçamento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Bom dia Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de enviar, desta Tribuna, as minhas felicitações a todas as mulheres de São Tomé e Príncipe e um reconhecimento muito especial às mães são-tomenses que são, provavelmente, as maiores heroínas do mundo.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de, mais uma vez, enaltecer o sentimento patriótico que Vossa Excelência revelou nas intervenções feitas no último debate aqui, hoje, e sobretudo na assumpção de uma responsabilidade que entendemos ser muito difícil. Começar a governar um país, em que os antecessores nem sequer tiveram a hombridade urbana de fazer a passagem de pastas, imagino quão difícil foi equacionar as Grandes Opções do Plano e o devido Orçamento Geral do Estado. Nós conhecemos os óbices que vem tendo nesta acção governativa desde logo, porque também a nossa comunicação social, a RDP África – e isso tem que ser dito aqui –, tem estado a ajudar na divulgação de mentiras, o que do nosso ponto de vista não significa essa própria instituição.

O Sr. Deputado Pires Neto fez aqui referência a algumas coisas que estão no artigo do jornal «Explicar sem Complicar». O Sr. Primeiro-Ministro também tinha feito referência ao desrespeito relativamente à sua figura, a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e a todos nós que demos o contributo para que São Tomé e Príncipe, felizmente, hoje pudesse ter a possibilidade de ter os sindicatos a falarem livremente e de poderem organizar greves, o que há 3, 4 meses era praticamente impossível, porque a ditadura sufocava os sindicatos. Hoje a liberdade predomina e a única coisa que nós vamos pedir é que haja coerência, racionalidade e defesa dos interesses socioprofissionais, acima de tudo e exclusivamente isso.

Eu falei de óbices e gostaria de aqui pedir que deixemos de muitas lamúrias e tomemos as decisões que temos que tomar. Em relação à RDP África, eu espero que este órgão assuma as responsabilidades que tem que assumir, no respeito à deontologia profissional e no respeito à divulgação de verdades e todas as verdades de todos os lados. Eu não ouvi a RDP África, em momento nenhum, dizer algumas coisas que foram ditas aqui no debate sobre o estado da Nação, coisas que são muito graves, para a edificação de uma Nação, porque a RDP África tem um operador que se assumiu como comissário político do ADI, mas a RDP África não é do ADI. Os seus dirigentes têm que se posicionar claramente e dizer que não podem vestir essa camisola, porque eles, acima de tudo, devem defender a deontologia profissional dos seus quadros e técnicos e os jornalistas em particular.

Sr. Primeiro-Ministro, temos o óbice, não é só seu, é nosso, colectivamente, é que nós não temos um Procurador-Geral da República. Coisas que foram ditas aqui, nós produzimos uma resolução em que pedimos encarecidamente – em breve vamos retomar o assunto –, que essas coisas não podem ficar apenas nas nossas declarações. Temos que ser coerentes, temos que ser consequentes e cada um, friso, como eu tinha dito na intervenção anterior, cada instituição assume a sua responsabilidade. Não se pode, por uma questão legal, e não se deve, por questão de autoridade moral, fazer o que o governo de Patrice Trovoada fez em São Tomé e Príncipe.

Falar-nos num orçamento do cidadão, sim, têm dúvidas disso? É o orçamento do cidadão Patrice Trovoada! Estão entre alguns pitancetropos que se esqueceram do processo de romanização. Nós não podemos continuar somente a lamentar, é preciso que medidas efectivamente sejam tomadas.

Sr. Primeiro-Ministro, eu teria uma intervenção a fazer na segunda-feira, mas eu gostaria, já hoje, de deixar aqui, relativamente ao Orçamento Geral do Estado, alguns conselhos. Um conselho que vou deixar é a retoma, necessariamente, de algumas intervenções que foram feitas aqui. Nós estamos num quadro de contenção de despesas e é preciso que todos os membros da família, o País inteiro, as instituições, todos, assumam esse princípio de racionalização das despesas. Tenho visto aos fins-de-semana, depois das 17 horas, muitos carros do Estado a circular, e isso foi dito aqui também pelo Sr. Deputado Pires Neto. Nem sequer são os titulares da Administração Central do Estado. São muitos, motoristas, etc. Se nós não começarmos a fazer o controlo possível, recomendável e legal da utilização dessas viaturas, o Estado terá muitas despesas.

Um outro conselho que eu gostaria de dar é que estou de acordo com os conselhos do Sr. Deputado Rafael Branco, a Sra. Deputada Ângela, o Sr. Deputado Pires Neto.

Agora dirijo-me particularmente ao Sr. Ministro da Defesa. Aprovámos aqui uma Lei de Programação Militar que tem uma componente de despesa financeira forte e gostaríamos de sugerir que o Governo preparasse uma proposta de revisão desta Lei. Acho que é coerente que essa proposta seja feita, mas gostaríamos que fosse mesmo a partir do Governo, porque apresentámos um projecto de revisão, mas tem alguma incoerência. É bom que seja feita com a iniciativa do Governo, porque costuma-se dizer que é o Governo que tem a mão na massa; é o Governo que está mais de perto a lidar com as acções e com as possibilidades das despesas reais.

O último conselho, Sr. Primeiro-Ministro, siga assim, aberto, transparente e com a modéstia que nos tem brindado aqui nas suas intervenções. A arrogância não leva ninguém a lado nenhum e a arrogância, normalmente, é apanágio daqueles que não sabem viver em colectivo e que são muito egoístas, que só olham para si.

**O Sr. Presidente:** — Chamamos agora o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

**O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, boa tarde. Eu não consigo felicitar da mesma forma como os outros Srs. Deputados felicitaram as senhoras, mas eu gostaria, se os senhores me permitirem, de pedir desculpas a todas senhoras pelos males que temos feitos...

Risos.

...porque nós cometemos erros, por isso temos que pedir desculpas.

Ora, eu vim cá porque me preocupa duas questões. Geralmente os governos têm dito que vão dar prioridade à formação interna. Isto é normal, até que se deve dar prioridade à formação interna, porque quando falamos em mestrados e doutoramentos, portanto, há toda a capacidade de investigar e dar não só conselhos ao governo, mas também a direcções. Portanto, eu espero que este Governo venha materializar o que muitos têm dito e não têm cumprido.

Um outro aspecto que eu queria frisar é o problema do roubo. Apesar de não terem estado a prender, eu digo que nem vale a pena prender, porque há muitos que estão lá na cadeia central, que pelo menos têm pequeno-almoço, almoço e jantar. Os nossos agricultores não têm três refeições diárias e há a necessidade de respeitar o trabalho do agricultor. Portanto, espero que haja uma atenção muito grande em relação a isso, porque a questão do roubo é uma questão muito séria, são poucas pessoas que não foram vítimas e a situação está a piorar de dia para dia.

É isso que eu queira falar, muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscritos.

Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Albertino Bragança, permitam-me que faça alguns esclarecimentos, à luz de algumas questões abordadas aqui pelo Sr. Deputado Pires Neto. Srs. Deputados, é verdade que eu faço um esforço para, no âmbito das novas funções e um pouco associado à minha característica, contribuir para que a trégua seja uma constante no nosso país. Tivemos os conflitos que tivemos, a crise política forjada nos finais do ano passado, que levou com que os nossos colegas do ADI abandonassem o Parlamento, as responsabilidades eles assumem, mas desde aquela altura a esta parte elegeram mentiras como elemento de prática política e elegeram alguns alvos e estão a tentar abatê-los politicamente. Eu sou um cidadão que todos conhecem nessa República e me considero um cidadão de bem, filho de boa gente. Daí que mesmo quando, pela primeira vez, tive acções judiciais nos Tribunais, ficou provado que foram forjadas. Daí que não me molesta nem me preocupa muitas mentiras do ADI.

Relativamente a algumas questões que foram colocadas, gostaria de dizer que me surpreendeu, estando ausente do País numa missão, as declarações do Sr. Diogo, um amigo de infância, colega de carteira, que na véspera do meu embarque tivemos juntos no meu gabinete, onde ele reivindicava a sua qualidade de Deputado e Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Foi por causa dessa reivindicação que eu, ausentando-me do País, deixei-lhe como meu substituto. Reivindicava e dizia-me que não compreendia a minha atitude de tê-lo suspenso algumas benesses. Eu disse-lhe que suspendi porque ele não está a exercer de facto a sua função na plenitude e muito menos por não estar a exercer suas funções de Vice-Presidente e ele respondeu-me que era Vice-Presidente. Falamos durante quase uma hora e meia. Na ocasião vou fazer-vos uma confidência que deixa de ser confidencial. Convidei-lhe para o meu gabinete para iniciarmos uma conversa como dois cidadãos responsáveis, para ver se pudéssemos trazer de voltas os nossos colegas do ADI para o Parlamento. Na ocasião, o Sr. Deputado Diogo disse-me que considerava úteis as démarches do Presidente, mas não podia, como é compreensível, assumir nenhuma posição e que levaria a mensagem aos seus colegas. Surpreendentemente fez as declarações que fez.

Ora, relativamente a questão de tomadas de posses, ostensivamente, se dizem que não me reconhecem, eu é que sou o Presidente da Assembleia, ilegal como eles dizem, dirigem a mim cartas para que eu dê posse aos Deputados que não me reconhecem. Incongruência! E desta feita nem foi uma decisão pessoal, fiz recurso à comissão responsável pelo assunto, que é a 1.ª Comissão, que emitiu um parecer, concordei com ele, mandei dar conhecimento ao Grupo Parlamentar do ADI e mandei publicar no Diário da Assembleia.

Uma outra questão que é importante ressaltar é que vi também num panfleto, num jornal que dizem «Explicar sem Complicar» a questão da viagem do Presidente, fazendo gastar no erário público cerca de 500 e tal milhões de dobras. Sobre esta matéria nem quero comentar, porque há canais próprios. Eu disse-lhes que sou filho de boa gente e não recebo de um lado para entregar no outro. E esses senhores, nomeadamente o Sr. Secretário-geral do ADI, que assumiu publicamente essa responsabilidade, terá que responder e eu desafio-lhe a fazer prova daquilo que disse, sob pena de ter consequências e assumir essas falsidades avançadas.

Portanto, pessoalmente, estou tranquilo e quero enviar esse sinal também de tranquilidade aos meus pares, quer do MLSTP/PSD, quer do PCD e quer do MDFM/PL, aos meus familiares, porque de vez em quando fincam penhores, ficam dúvidas.

Meus senhores, eu viajei com 1 230 euros apenas do Estado são-tomense e não 11 mil euros nem 500 e tal milhões de dobras, como dizem os senhores Deputados do ADI.

Eu não queria fazer esses esclarecimentos, mas já que a ocasião me permitiu, aproveitei para fazê-lo. Fiquem tranquilos, meus senhores, eu representar-vos-ei da melhor forma. Acho que estive muito bem na Correia, representei condignamente o País e só posso dizer isso, por enquanto.

Obrigado, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não sei se o Sr. Primeiro-Ministro tem considerações a serem feitas, já que não temos mais inscritos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu segui atentamente as intervenções das Sras. Deputadas Edite Salvaterra Pinto, Ângela Viegas e Filomena Monteiro e também ouvi as dos Srs. Deputados Pires Neto, José Viegas e António Ramos.

Como tiveram a ocasião de ver, essa questão da droga em São Tomé e Príncipe é uma questão extremamente grave. É grave e o último Conselho de Ministros debruçou-se sobre esta questão e esteve na base dum comunicado que emitimos, porque na minha intervenção fiz alusão a esta questão. Como nova forma de criminalidade, começa a tomar proporções alarmantes que devem inquietar todo o cidadão. Portanto, em boa hora a Sra. Deputada Edite Salvaterra colocou essa questão aqui no hemiciclo e o Governo aproveitaria a oportunidade para dizer que efectivamente é hoje uma questão muito preocupante. Nós começamos a assistir, sobretudo na camada juvenil, a um consumo de droga com alguma preocupação, na medida em que tem havido assaltos em determinadas zonas, em determinados corredores. Alguém falava do Náutico, eu acho que era a Sra. Deputada Edite Pinto. Nós temos essas informações, o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna apresentou um quadro que é preocupante, que levou o Governo a tomar algumas medidas para poder lidar com esse fenómeno que começa, em certas zonas, a ganhar proporções inquietantes. Temos a zona de Locumi, onde as pessoas consomem substâncias psicotrópicas de forma aberta; hoje essa zona no caminho do Bairro Verde tem havido alguns assaltos, as pessoas às vezes deitam-se na estrada, fingindo um mau estar para que os carros parem e então assaltam os carros; no Náutico também tem acontecido, para além de toda actividade ilícita, assaltos e consumos de drogas. Evidentemente que não podemos deixar alastrar esta situação, temos que lidar com ela com olhos de ver, para que efectivamente isso não se transforme num flagelo para a nossa sociedade, sobretudo quando sabemos efectivamente o que é que isso representa noutras paragens.

O Sr. Deputado António Ramos dizia que há muito roubo. Eu já tinha falado dessa questão. Há um aumento vertiginoso do crime do furto e às vezes com violências e em detrimento das pessoas que trabalham e que fazem do trabalho o seu modo normal de vida e que não podem, de maneira nenhuma, ficar indefeso, por isso, sem a importação do Estado, relativamente aos seus bens e a sua própria segurança pessoal. Portanto, o Governo tomou boa nota e está extremamente preocupado com essa situação, para termos que resolver.

A Sra. Deputada Ângela Viegas, outra atitude não podia ser nossa, se não de acolher favoravelmente as observações que fez, como uma pessoa conhecida, pelo seu rigor na gestão da coisa pública e a forma como, enquanto ministra do Plano e Finanças, no Governo do Dr. Rafael Branco, se bateu para que determinadas normas fossem aplicadas. Registamos com apreço aquilo que disse e procuraremos seguir nesta linha que frisou. Os bons exemplos devem ser seguidos. Quem nos dera se as outras pessoas que andavam aqui a pavonear tivessem seguido os seus exemplos! Se calhar a Nação não teria a dívida que tem hoje.

É verdade, eu digo que a questão me preocupa, eu lancei um sinal de alerta, porque depois de ter feito o estado da Nação, chegou ao meu gabinete uma dívida no valor de 1.6 milhões euros provenientes da encomenda de materiais hospitalares que não sei exactamente como é que isso foi feito. O que é verdade é que nos ameaçam e se não pagarmos irão nos levar ao Tribunal.

Traremos aqui o rolo das dívidas internas e são várias. Portanto, eu dizia por isso que me dá uma tristeza, porque se as pessoas soubessem a gravidade daquilo que este país tem como dívida, não estariam a dizer disparates, não estariam a desestabilizar. Estariam a contribuir para que nós debelássemos essa situação. O Estado deve muita gente, porque cada um fez a sua dívida à-toa. Daí que tem graça que eu não sou economista, tenho essa missão e tenho procurado saber da coisa económica, para não dizer muitos disparates. Portanto, eu tenho procurado ver essa questão que levantou relativamente aos títulos da dívida pública aos títulos do tesouro. Eu vi em legislação comparada a essência desta questão, por exemplo em economia moçambicana é bem sucedida. Porque a dívida interna, se soubemos tratá-la mediante o título do Tesouro, tem efectivamente uma carga muito menor relativamente à dívida externa. Portanto, uma dívida interna tem um peso muito menor do que uma dívida externa, no sentido do financiamento da economia. Nós acolhemos e vamos continuar a fazer esforços no sentido de poder apoiar o Sr. Ministro do Plano e Finanças no que diz respeito ao rigor da execução orçamental, porque propusemos que efectivamente se pudesse pôr em marcha todos os expedientes necessários, ou pelo menos concluir, porque esse processo já está em marcha. Devo dizer, em abono da verdade, que são exactamente as contas do Estado que podem funcionar como o factor dissuasor da indisciplina financeira, na medida em que sabendo que se tem que fazer as contas e apresentar as contas do Estado para que a Assembleia

tome essa conta e normalmente ela funciona como um relatório que é apresentado pelo Tribunal de Contas, que é o nosso caso, fazendo o ponto da situação sobre a execução orçamental e isso poderá ajudar-nos a ter um outro comportamento relativamente à disciplina orçamental.

Essas notas foram bem tomadas e veremos o resultado, se houver rigor.

Sobre as despesas, eu queria levantar aqui uma questão que tem a ver com orçamentos autónomos de alguns sectores. Por exemplo, se os Srs. Deputados levantassem uma questão sobre a execução do orçamento dos Tribunais, eu teria alguma dificuldade em dizer aos Srs. Deputados como justificar, por exemplo, determinadas despesas, se há excesso de viagens deste ou aquele sector. Eu acho que para o bem da Nação e de todo nós, sem densificar a independência dos órgãos de soberania, sem pôr em causa os princípios acossasses que presidem a relação do funcionamento dos diferentes órgãos do poder, temos que encontrar uma forma para saber como é que o dinheiro é gasto ao nível dos Tribunais. Só assim é que poderei ser responsabilizado pela má execução do Orçamento do Estado. Agora, se eu não tenho qualquer controlo em nome da independência desse órgão, se sou chamado a entregar um bolo que é gerido com um sistema de DAF, terei muitas dificuldades, confesso, e creio que os Srs. Deputados compreender-me-ão. Se há essa questão, tem que ser devidamente resolvida em sede própria para permitir a transparência e mesmo rigor na execução orçamental e na gestão da coisa pública.

Não há ninguém acima da lei, tenha a função que tiver. A lei é mesma para toda gente.

Já que estou no uso da palavra e porque essa questão foi muito badalada ao nível do encontro que tive com os senhores servidores do sistema da Saúde à busca da solução para a questão da Saúde, levantaram um problema recentemente que eu deixaria à reflexão dos Srs. Deputados sobre a questão da Lei SAFE e a sua aplicação ao Sistema Nacional de Saúde. Devo transmitir-vos que a preocupação reside no facto de hoje, com essa Lei, os centros de saúdes nos distritos, por exemplo o Centro de Saúde de Água Grande, ou seja, o Centro Policlínico, ficam privados do fundo que lhes era necessário para o seu normal funcionamento, ficando só com 30% que foi dito e que...

O Sr. Presidente: — Peço desculpas, vou ausentar-me por alguns minutos e peço ao Sr. Deputado Albertino Bragança para me substituir.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Deputado Albertino Bragança.*

O Sr. Presidente (Albertino Bragança): — O Sr. Primeiro-Ministro pode continuar.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Muito obrigado Sr. Presidente interino.

Eu dizia, portanto, Sr. Presidente, fazendo alusão à preocupação que encontrei ao nível do sector da Saúde, esse sector reclama a reposição de uma situação que vinha, permitindo a esse sector funcionar normalmente. Refiro ao Centro Policlínico de Água Grande que hoje está também no centro de uma pequena polémica que tem a ver com o acordo que o Governo anterior assinou com as autoridades de Taipe, para transformar esse Centro num centro de referência, em parceria com a Universidade de Medicina de Taipe. Então, foi nessa altura que alguns técnicos, médicos e especialistas disseram que outrora, dispendo de algum fundo, os serviços conseguiam aprovisionar-se em medicamentos. Sobretudo relativamente ao Centro Policlínico de Água Grande a coisa funcionava tão bem que isso servia para descongestionar o Hospital Ayres Menezes e os outros centros hospitalares distritais. Com a aplicação da extensão da Lei SAFE aos serviços de Saúde, esses centros deixaram de ter a capacidade de adquirir medicamentos, consumíveis e aquilo que eram necessários ao seu funcionamento e é uma das razões que levou à queda da prestação de serviços a esse nível.

Portanto, é uma questão que deixo para reflexão, mas o Governo está preocupado, porque eles dizem que não há capacidade, porque o dinheiro é fungível, como sabem, portanto, toda a receita que é produzida entra no cofre do Estado, eles só têm 30%, e essa percentagem é manifestamente insuficiente para a auto-sustentação desses centros de saúde, o que tem agravado a situação de atendimento das pessoas ao nível da Saúde.

Portanto, eu quero dizer aos Srs. Deputados que também não esperei a questão da greve para tomar conhecimento dessa questão. Isso foi na busca incessante que temos estado a fazer para resolver o problema do atendimento.

Srs. Deputados eu deixaria a palavra aos Srs. Membros do Governo, sobre a situação da Educação, que evocou a Sra. Deputada Edite Pinto, a questão do emprego, sobre a tapagem dos buracos nas estradas, qual é a situação, o que é que se tem feito e outros.

Eu dei uma entrevista ontem a falar sobre isso, mas os Srs. Ministros estarão aqui para poder responder às vossas questões. Também o Sr. Ministro da Defesa, para a questão da programação militar, que foi levantada pelo Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. Presidente (Albertino Bragança): — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro.

Passo a palavra agora aos Srs. Ministros, pela ordem que o Sr. Primeiro-Ministro indicar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu tinha levantado a questão das viagens de algumas instituições, não propriamente nos Tribunais, mas de algumas instituições que estão neste anexo cujas despesas nos parecem pouco adequadas.

Quanto à questão da Saúde, eu estive aí numa consulta. É verdade que há um decreto que permite alguma flexibilidade, mas ainda o Governo pode mudar a percentagem que fica no sector. A propósito disso, tinha-se que lidar com a questão da Televisão, em que havia um decreto que criava a empresa, que estava já quase pronto. Algumas dessas instituições terão problemas em lidar de maneira adequada com as imposições do SAFE, se não se fizerem essas adaptações ou mesmos passá-las para o estatuto de empresas.

O Sr. **Presidente** (Albertino Bragança): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, indico o Sr. Ministro do Plano e Finanças, para usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças** (Hélio Almeida): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo.

Aproveito também o ensejo para juntar a minha voz à daquelas que me antecederam e desejar um agradável dia 8 de Março às nossas mães, mulheres, filhas, em fim.

Indo às questões que foram aqui levantadas, começaria por agradecer esses subsídios, que são de extrema valia e, de certo modo, vêem legitimar algumas acções ao nível do Governo, especificamente em matéria de finanças públicas, que serão implementadas.

A disciplina financeira é um elemento chave, na opinião do Governo, para que possamos encontrar mecanismos claros que nos permitam trilhar, da melhor forma possível, o caminho do desenvolvimento que se pretende sustentável. Nós estamos claramente num cenário de restrição orçamental, os recursos financeiros são escassos, a nossa capacidade de criação de receitas internas é do conhecimento de todos. Precisamos coordenar da melhor forma possível e lançar, lá onde for necessário, acções concretas que nos possam fazer mudar o cenário actual. Repito, sabemos exactamente qual é a nossa efectiva capacidade de geração e criação de receitas internas.

Já temos algumas opções de como equacionar ou pelo menos materializar essas tarefas. Começaremos por um elemento que é determinante, as DAF. Na sessão sobre o estado da Nação havia aqui feito referência às DAF, direcções administrativas e financeiros afectas aos ministérios que, no âmbito da reforma que está em curso, a reforma está a ser implementada de forma gradual, existem algumas acções que precisam ser coordenadas. Mas importa que haja responsabilização. Cito dois exemplos. O Decreto-lei 8/2009, sobre Licitação e contratações Públicas, é um instrumento que, pela análise recaída sobre os relatórios de inspecção feita a algumas DAF, verifica-se claramente que há uma falta de apropriação por parte das DAF. Esse instrumento, por si só, constitui uma forma de se levar a cabo alguns cenários de engajamentos que não sejam do conhecimento ministerial e do Tesouro e isso, naturalmente, terá o seu impacto ao nível da dívida interna e, consequentemente, implica a própria descredibilização do Estado.

Relativamente ao subsídio, questão levantada pela Sra. Deputada Ângela Viegas, sobre a conversão parcial da nossa dívida externa/dívida interna, é um instrumento com que, ao nível do Governo, estamos plenamente de acordo, mas aí um elemento muito importante, precisamos levá-lo de uma forma muito objectiva, sob pena de falharmos, porque sem essa organização interna, sem essa coordenação que deve existir e sem responsabilização dos detentores de cargos públicos, não conseguiremos ter sucesso nessa matéria. Já estamos a encontrar forma de levar a cabo essa acção.

A Lei sobre o SAFE, Lei 3/2007, fala da autonomia administrativa e financeira das instituições e organismos públicos. Acredito também que tem havido alguma má interpretação da própria legislação, porque autonomia não pressupõe criação de ilhas, mas sim respeito e alguma delegação de competências, mas naturalmente que deve ser levado a cabo em estreita sintonia com o organismo central e em total obediência dos dispositivos legais que norteiam o funcionamento desses mesmos organismos.

Isto para tentar responder à questão sobre os gastos de alguns organismos públicos. Quero dizer que, no âmbito desses mesmos organismos, há um exercício que vai ser levado a cabo brevemente, que é proceder a uma análise muito incisiva sobre os relatórios de auditorias levadas a cabo. Em alguns desses organismos existe a figura de fiscal único, em outros existe a figura do conselho de auditoria e a partir daí começaremos a exigir responsabilidades. Estou plenamente de acordo que, em relação a contenção de despesas correntes, como sabem, temos engajamento em matéria de défice primário, enquanto não houver um aumento significativo em matéria de receitas internas, não estaremos em condições de levar a cabo algumas acções e isso pressupõe o esforço de todos. Nessa matéria, estamos a levar a cabo um exercício que consiste no levantamento da situação salarial. Quanto a isso também devo dizer aqui que há disparidades. Naturalmente que existem especificidades sectoriais, vamos analisar, para a partir daí

chegarmos a uma conclusão que possa minimizar alguns aspectos. Mas a palavra de ordem é contenção e temos mesmo que exigir esse esforço de todos.

É isso que posso dizer por enquanto.

Ainda no âmbito da dívida pública, recentemente foi aprovada a Lei-Quadro da Dívida Pública, Lei 1/2013 e há um conjunto de regulamentos que precisam ser levados a cabo e algumas acções sobre isso já estão em curso, nomeadamente criação de um comité para o estabelecimento do cenário fiscal a médio prazo, de forma que possamos articular da melhor forma o diagnóstico que fazemos da dívida e os mecanismos para o aumento ou diminuição da dívida, de acordo com as prioridades do Governo.

Para concluir, importa também aqui dizer que, no âmbito do acordo recentemente assinado com o Banco Africano para o Desenvolvimento, que é o Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira, um conjunto de acções estão previstas, acções de carácter transversal, que vêm precisamente apoiar o Governo no âmbito da consolidação das finanças públicas. É preciso haver uma capacitação. Vamos exigir responsabilidade às pessoas, mas vamos levar a cabo um conjunto de acções de formação que, no nosso entender, venham contribuir para o incremento dos actuais níveis de conhecimento e de apropriação das ferramentas vigentes em matéria de finanças públicas.

É isso que posso dizer por enquanto.

O Sr. Presidente (Albertino Bragança): — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados e desejar também muitas felicidades a Sras. Deputadas, Sras. Membros do Governo e todas as mulheres de São Tomé e Príncipe, feliz Dia Internacional das Mulheres.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-ministro, começaria por fazer referência à intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, relativamente à questão que vigora na Zona de Desenvolvimento Conjunto, mais especificamente na autoridade de gere a Zona. É nossa preocupação a situação existente, tendo em conta algumas disparidades que foram constatadas relativamente quanto a proporção dos funcionários, o número dos são-tomenses e o dos nossos parceiros nigerianos. Nós temos informações e sabemos que essa proporção não é a que deveria existir, de acordo com o tratado existente entre São Tomé e Príncipe e o Estado nigeriano e há todo um processo que está, neste momento, a desenrolar. Eu gostaria de recordar o encontro que o nosso Presidente da República teve com o Presidente da República Federativa da Nigéria, recentemente, na Guiné Equatorial, onde esse assunto também foi abordado e estamos a preparar a documentação para proceder a uma reforma no molde de funcionamento da autoridade da Zona Conjunta.

Portanto, para responder ao Deputado Rafael Branco. Relativamente aos nossos gestores, também sabemos que, já há algum tempo há, há uma intenção do Governo, já vem do governo anterior, para proceder à renovação. Também é nossa preocupação, simplesmente estamos, neste momento, a cumprir algumas formalidades e as etapas necessárias para que isso seja feito, tendo em conta que a gestão é conjunta.

Sr. Primeiro-Ministro, falei de buracos na estrada, realmente nós ontem vimos uma pequena reportagem da ENAE. Quero dizer que o Governo, desde que tomou posse, tem se preocupado bastante com essa questão de buracos, que já vinha de algum tempo. Primeiramente, queremos atacar a questão da drenagem, tendo em conta que havia alguns focos de acumulação de água pluviais, fluviais e não só, muito preocupantes, e tivemos a felicidade de resolver o problema aí ao lado do Canal 1, Rua Morta, e também à frente de Artes e Ofícios.

Eram etapas necessárias, porque não podíamos tapar os buracos com aquela situação de águas acumuladas, mas quero dizer que a questão de drenagem é muito mais profunda, porque a drenagem é antiga e não foi desenhada para o número de habitantes que hoje cá vive. Temos situações crónicas, particularmente onde existiu água acumulada, ao lado do Canal 1 e da padaria e que passa à frente da zona da casa de caixão e atravessa toda aquela rua até a marginal. Outra zona também preocupante é entre o Mercado Municipal e Tintas CIM. Há uma acumulação de água quase permanente na parte traseira do Mercado e a única forma de resolvemos isso é ensaiarmos uma nova forma de drenagem. Quero dizer que os tubos que foram colocados medem por volta de 350 milímetros e precisamos de pelo menos 800 milímetros para solucionarmos essa questão. É uma situação que vamos colocar aos Srs. Deputados na altura da discussão na especialidade, porque lamentavelmente não está orçamentado, mas tendo em conta a gravidade que constatamos, vamos propor que essa questão seja considerada.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Alcino Pinto.*

Gostaria também de aproveitar este palco para levar à atenção dos Srs. Deputados e Deputadas a situação da Estrada Nacional n.º 3, que parte do Sinaleiro até a Pousada Boa Vista. Temos um projecto em curso com um problema grave, porque não se concebeu a renovação das tubagens da EMAE e estamos a avançar, praticamente, para a construção de uma estrada nova, uma reabilitação bastante profunda, vamos colocar tapetes novos, deixando tubos velhos, de mais de 30 anos, enterrado. Assim sendo, praticamente

dentro de pouco tempo, em menos de 1 ano, estaríamos a rachar novamente as estradas para substituirmos aqueles tubos. É uma situação que não foi prevista naquele projecto, não está orçamentado, mas nós não devemos dar-nos ao luxo de cometer esse erro. Portanto é outra situação que devemos chamar a atenção dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para tentarmos remediar, dotando verbas, para que esta questão de substituição dos tubos da EMAE seja tida em conta antes de procedermos à finalização da reparação da Estrada Nacional n.º 3.

São essas questões que eu gostaria de trazer à vossa consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é para relembrar a Mesa de que tínhamos programado os nossos debates até as 15 horas e acho que já estamos a entrar no cerne de algumas questões que eu classificaria como questões de debate na especialidade. Por isso, gostaria de precisar que já passam das 15 horas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, comprehendo o seu rigor no que concerne ao horário, porém, em relação à eficácia do nosso trabalho, não sei se, Sr. Primeiro-Ministro, os Ministros ainda gostariam de fazer algum esclarecimento, se são profundos...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, o Governo submete-se ao *ditão* da Assembleia.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro.

Como tínhamos agendado, retomaremos a sessão na segunda-feira, porém continuo a ver braços no ar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino. É uma questão à margem do Orçamento? Neste caso, Sr. Primeiro-Ministro, nós consideramos encerrada a primeira fase da discussão do Orçamento. Libertaremos, então, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, agradecendo a contribuição e os esclarecimentos e desejando-lhes um bom fim-de-semana e vigor para a segunda-feira.

Os Srs. Deputados aguardam mais alguns minutos, por favor.

Declaro encerrada esta sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Faltaram à sessão os Srs. Deputados do ADI.*

**Adérito de Oliveira Bonfim dos Ramos**  
**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**André Varela Ramos**  
**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita**  
**Carlos Manuel Cassandra Correia**  
**Carlos Alberto Pires Pinheiro**  
**Cecílio Quaresma da Graça Sacramento**  
**Celmir Almeida do Sacramento**  
**Domingos José da Trindade Boa Morte**  
**Domitilia Portuléz Trovoada da Costa**  
**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**  
**Hélder Paquete Lima**  
**Heliodoro Pires Quaresma**  
**Idalecio Augusto Quaresma**  
**Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos**  
**José da Graça Diogo**  
**José António do Sacramento Miguel**  
**José Manuel M. Costa Alegre**  
**Levy do Espírito Santo Nazaré**  
**Manuel da Graça José Narciso**  
**Mário Fernando**  
**Martinho da Trindade Domingos**  
**Octávio Costa de Boa Morte Fernandes**  
**Paulo Jorge de Carvalho**  
**Roberto Patrício das Neves Lombá**